

Salomão Rovedo

Escritos



Mofados

Rio de Janeiro

2011

Salomão Rovedo

Escritos Mofados

(Crônica do tempo)

Rio de Janeiro

2011

ÍNDICE

Estes escritos (Um prefácio perdido),	pg. 4
Como se fosse o prefácio,	pg. 6
A censura do comportamento,	pg. 8
A língua do milagre,	pg. 13
A questão do jornalismo,	pg. 17
A rebelião do Calabouço,	pg. 20
A voz dos tempos,	pg. 26
Arena I ou Arena II,	pg. 31
As festas e a força do amor,	pg. 34
Calígula entre nós,	pg. 39
Chile - O regime cai de podre,	pg. 45
Crimes da sociedade política,	pg. 50
De Rondon a Villas-Boas,	pg. 55
Dois cronistas,	pg. 60
Educação: ideologias em confronto,	pg. 64
Entendendo Ernesto Bono,	pg. 76
Extermínio silencioso,	pg. 82
Ficção científica,	pg. 88
Imprensa alternativa,	pg. 91
Na virada do mundo,	pg. 102
Nova consciência,	pg. 110
O conto,	pg. 115
O JB e a Liberdade de Imprensa,	pg. 119
Sobre Emilinha Borba,	pg. 122
Sobre Sade,	pg. 125
Um livro maldito,	pg. 129
Uma sessão no céu,	pg. 135
O autor,	pg. 141

ESTES ESCRITOS

(Um Prefácio perdido)

Ao contrário da maioria dos escritores, não tenho a capacidade crítica necessária para descartar as coisas que escrevi em outros tempos. Meu pobre intelecto não suporta a configuração genial que faz com que escritores, como James Joyce fez com seu *Ulisses* – escrever e reescrever o mesmo texto indefinidamente.

Também sempre tive pudor em me considerar poeta, romancista ou mesmo escritor, porque nunca consegui me dedicar por inteiro à arte de escrever. Tudo que consegui produzir foi feito entre o trabalho, o estudo e a difícil perversidade que é sobreviver na vida. Mas sempre tive respeito por aqueles que se dedicam a uma profissão e dela fazem o meio de sobrevivência. Por isso respeito o pedreiro, o carpinteiro, o roceiro – por isso nunca me considereí um escritor – apesar do estranho fato de ter escrito o primeiro poema aos 13 anos e aos 15 anos de idade ter publicado em jornal o primeiro artigo.

Os textos que vão aqui ajuntados começaram a ser escritos em fins de 1960, seguindo pelos anos de 1970 e 1980. Alguns foram publicados, mas a maioria ficava na gaveta mesmo. Eu tinha a mania de mandar textos para jornais e revistas como se fossem cartas e com esse subterfúgio conseguia driblar a censura, porque acreditava que ela não atingia as cartas dos leitores.

Depois de muito tempo descobri todo esse magote de artigos, crônicas e pequenos ensaios esquecidos numa pasta. Quando li o texto – fora do contexto histórico e biológico – pensei logo em reescrevê-los, mas me dei conta que seria muito trabalhoso... Pensei em revisá-los, mas isso

também seria impossível ante a distância do tempo. Pensei em jogá-los no lixo, mas – enfim – era um trabalho meu, que um dia foi pensado, escrito em papel e, portanto, materializado para o tempo.

Suspeito do escritor que, quando alcança o sucesso, a primeira coisa que faz é renegar os trabalhos da juventude. Alguém pensa mesmo que, na plenitude do conhecimento, escreverá como escreveu na juventude? Por isso, aqui vai reproduzida *in natura* esta ruma de escritos de juventude literária, oriundos de um tempo em que o pensamento flutuava diante do acontecimento célere. As idéias mudavam a todo instante, a visão se transfigurava, os meios de comunicação avançavam vigorosamente e os grandes pensadores partilhavam o auge de seu conhecimento com cabeças recém estrumadas.

Num momento, tudo o que se pensava sofria mutações, a própria paisagem vislumbrava crateras lunares, os vales roxos marcianos, o mar espumava de sujeira, a selva tombava ante o fogo ou esquartejada pela motosserra, os rios espojavam detergente, o ar poluído secava a garganta, os olhos ardiam e os pulmões chiavam como uma chaleira vazia.

Pois assim vão estes escritos mofados, empoeirados pela sujeira do ar, que só a tecnologia e a informática conseguiram salvar do inexorável cupim do tempo.

Rio de Janeiro, Cachambí, setembro de 2009.

COMO SE FOSSE O PREFÁCIO

Estes escritos, de diversos matizes, são dos anos entre a segunda metade de 1960 e os anos 1970 e 1980. Alguns foram publicados em jornais e revistas, outros permaneceram inéditos, guardados numa pasta azul empoeirada, presa com elástico nos cantos. As folhas amareladas e o texto ruim de ler (muitos eram cópia de carbono), tudo isso dificultou a recuperação dos escritos, o que só consegui com auxílio de diversos programas de texto.

Naquele tempo, tudo que era escrito para os jornais e revistas passava por um crivo de regras e leis, algumas que eram conhecidas e outras mais, que eram os códigos invisíveis: existiam, mas ninguém sabe de onde vieram e quem as determinou.

Mesmo não se tratando de textos sobre política, todos são escritos políticos: alguns falam de livros, sobre filmes, polícia de costumes e cultura em geral. Quando escrevi sobre algum tema de caráter mais *censurável*, falava sobre algo *proibido* ou *incestuoso* – o leitor há de notar – o texto sai assim algo sinuoso, cheio de nhenhênham, volta, ida e meia volta, para mascarar tudo e posar de bonzinho.

Mas em geral, tudo tinha de ser de algum modo censurado, seja por um *ensor oficial* e até mesmo pelo censor do jornal, porque muitos profissionais já estavam contaminados pela conduta de quartel, além dos *adesistas* que proliferam nessas ocasiões. Existia um ou outro jornal da chamada imprensa nanica, que “esquecia” a censura, não se curvava, publicava e depois aguentava as consequências – suspensão, fechamento, empastelamento do jornal e prisão para os editores – se os achessem.

A única coisa que não censurava era a minha mente. Foi de um amigo de noitada, o jornalista André Celerier, que ouvi o único ensinamento sobre a arte de escrever: anota tudo que vier na cabeça. Entendi que essa era a regra geral do escritor: jamais se autocensurar. A partir desse momento procurei jamais censurar as minhas idéias escrever como elas aflorassem na minha cabeça.

Muitas vezes usei um truque. Descobri que a seção de cartas dos leitores – que todo jornal tem – era o local menos visitado pelos censores. Ademais, os leitores tinham que praticamente assinar o texto enviado, colocar endereço, número do RG e tudo mais que o identificasse, garantindo, assim, a responsabilidade pelo seu conteúdo. Se o texto fosse enviado nesses termos, tinha muita chance de ser publicado. Então, eu escrevia o artigo, depois o transformava, datilografava tipo uma carta, com local, data e no lugar do título eu escrevia o jargão, *Senhor editor*, metia uma vírgula e pronto. Foi assim que muitos desses escritos saíram.

Lembro de alguns textos que foram publicados em jornais, mas não consegui recuperar. No jornal *Opinião* saiu o artigo *Eram os deuses seres humanos?*, que provocou alguma polêmica, porque era um tema recorrente no momento, do livro *Eram os deuses astronautas?* de Erich van Deniken; o Caderno Cultural da *Tribuna da Imprensa* publicou *Agripino Grieco, o esgrimista da palavra*. Outros textos foram publicados no *Jornal de Debates*, nos jornais *Barranca* (Roraima) e *A Tribuna* (Cuiabá), além de outros tantos que mandava pelo correio e jamais saberei se foram publicados ou não.

Está tudo por aí, depositado no tempo...

Rio de Janeiro, Cachambí, Maio de 2011.

A CENSURA DO COMPORTAMENTO

A censura existe oficialmente entre nós e está em plena vigência. Isto quer dizer que todas as formas de comunicação direta (visual, escrita e auditiva) antes de serem entregues ao público são submetidas à aprovação das autoridades competentes (leia-se: censura). Entre essas obras algumas são apresentadas previamente e liberadas ou proibidas, se for o caso. Outras, como as apresentadas no rádio e no jornal diário, estão sujeitas a punição, no caso de transgressão das leis de imprensa. No caso presente, não importa objetar ou salientar as irregularidades que a censura, porventura, ocasiona, se obedecem a um critério seletivo destituído da universalidade do direito, a representar um sistema social dominante e, em consequência, uma minoria. Infelizmente, restrições como essas são inclusive capazes de trazer ao indivíduo uma visão deteriorada da própria realidade nacional.

Ou seja, um chinês, por exemplo, pode ter uma péssima imagem de sua terra natal se é obrigado a ler e ver somente o que lhe é permitido. Isto porque em qualquer situação há a necessidade de se ter à vista uma múltipla imagem do fato para fazer a escolha. Sem opção, o indivíduo perde a noção de desigualdade e vai tirar as conclusões (que não lhe foram oferecidas) de si mesmo, com as deformações decorrentes de uma informação imperfeita. Por exemplo, para que uma população de cem ou mais milhões de habitantes pudesse ficar satisfeita, guiando-se por um único veículo informativo, mesmo que ele apresentasse todas as melhores qualidades, ela, a população, teria de ter o nível de vida compatível com a informação e, principalmente, uma vida exatamente igual a um padrão único. Em suma, um mundo utópico e irreal, portanto.

A máquina está funcionando ajustada conforme a legislação vigente. Portanto, não causa surpresa que, de tempos em tempos, algumas obras já lançadas no mercado consumidor sejam apreendidas e novamente submetidas à censura. Tal medida geralmente anula uma decisão anterior, adquirida em decorrência do cumprimento das exigências. Ora, o trabalho de seleção pela censura é feito de forma direta, principalmente junto aos veículos de comunicação como o jornal, a rádio, o cinema, a televisão, as editoras literárias e gravadoras musicais. Todos eles são obrigados a apresentar previamente seus lançamentos. Tudo o que lemos, ouvimos e vamos passar sob as vistas dos censores, tem de receber a aprovação do Departamento, para ser finalmente liberado, com ou sem cortes e alterações.

Todavia, só por exemplo, o livro "Bar Don Juan" de Antonio Callado, que está nas bancas e livrarias esgotando edições, ou a música "Comportamento geral", de Luiz Gonzaga Jr., difundida em rádios e TVs, ocupando o primeiro lugar em vendas e paradas musicais, ou o filme "Toda nudez será castigada" de Arnaldo Jabor, exibido com sucesso de bilheteria, são inesperadamente recolhidos pela censura e reexaminados, para depois serem definitivamente proibidos ou, na melhor das hipóteses, retornarem (como o filme), com as indevidas amputações, perdendo muitas vezes a própria personalidade artística, seiva de sua existência. Desnecessário é falar dos prejuízos, danos morais e materiais.

Tudo isso, no mínimo, faz a gente meditar. Mas é difícil se chegar a alguma conclusão concreta com relação a essas atitudes aparentemente irracionais. Numa lógica superficial, poder-se-ia concluir, por exemplo, que poderes externos estão exercendo influência junto aos órgãos da censura, provocando o recolhimento de obras já liberadas. Para tais poderes um trabalho qualquer sempre se apresenta imoral ou ofensivo aos costumes ou

ao pudor, em realidade aos interesses deles.

O clero, a Tradição, Família e Propriedade (TFP), são alguns exemplos desses "poderes externos". Essas organizações consideram-se as únicas reservas morais da nação, mas em realidade é o aspecto repressor da sociedade que existiu sempre e continuará existindo. Opinam, sugerem e influenciam quanto ao critério seletivo posto em prática pela censura. Alguns membros dessas organizações são também censores, enfim. Porém, não é bem isso que queremos salientar, pois acreditemos que as autoridades competentes estejam agindo em todo o seu direito, com a autonomia e o rigor que lhe cabe por função.

Sem contudo querer hiper-valorizar o *valor intrínseco* dos trabalhos citados como exemplo, julgamos que os mesmos não têm qualquer aspecto negativo próprio que tenha o poder de abalar um regime como o nosso, cujas estruturas estão solidificadas ou uma sociedade como a brasileira que pretende ser evoluída tanto social como politicamente.

Afinal de contas, que importa se um romancista cria ficções em torno de um bar, narrando coisas que acontecem entre bebidas e papos liberais, enquanto ao redor o mundo desmorona e o futuro se transforma numa visão embaçada, num vácuo? Que mais pode dizer um compositor poeta que canta letras difíceis em músicas fáceis, senão coisas do cotidiano? O que diz afinal um filho de sanfoneiro? (Diferente dos filhos de sanfoneiro do nordeste que usa o pandeiro para acompanhar o pai... e para recolher o dinheiro da roda de pessoas sue escutam). E que mal tem um filme baseado numa obra de Nelson Rodrigues, um dos mais respeitados teatrólogos brasileiros, cuja palavra tem trânsito livre em todos os setores, ao mesmo nível que um Gustavo Corção? Conjeturas apenas...

Provavelmente, uma análise mais séria nos levaria a caminhos mais difíceis de percorrer, isto se julgarmos as ações do Departamento de Censura como partindo de sua própria cúpula e coerentes com diretrizes traçadas para o funcionamento perfeito de seus escalões. Quando algumas obras são lançadas e posteriormente recolhidas em curto espaço de tempo – as que citamos são apenas exemplos mais recentes e característicos – é porque o negócio foi-se armando como um quebra-cabeça e são vislumbrados imediatamente outros exemplos similares (ou coincidências monumentais?).

Fazendo então um paralelo com determinados casos em que a população serve de cobaia para certos tipos de pesquisa de mercado, efetuadas principalmente por agências de publicidade, o funcionamento do sistema empregado pelo serviço de censura se tornou então bem mais simples. A censura nada tem contra "Bar Don Juan" de Antonio Callado; a censura aprova o filme de Arnaldo Jabor, "Toda nudez será castigada"; nada tem o Departamento de Censura contra "Comportamento Geral" de Luiz Gonzaga Jr. Os trabalhos são liberados e lançados no mercado e, por ironia, todos se constituem sucessos absolutos.

A reação é posta sob análise. Pergunta-se: a influência de censura era maior ou menor quando foi lançado há algum tempo atrás O Pasquim? Quando Chico Buarque gravou *aquelas* músicas? Quando a Civilização Brasileira editava sob a direção de Ênio Silveira? Bem, o mercado foi pesquisado e o resultado mostra que o brasileiro talvez ainda esteja despreparado para o progresso. As deduções ninguém conhece nem imagina: podem ser tão surpreendentes quanto o sistema aqui imaginado. As reações provocadas não correspondem ao desejado, são frustradas imediatamente, decepidas a meio caminho da realização como se um sopro de "liberalidade" viesse como a "visita de saúde" aos moribundos: pareceu que se lhe

insinuasse um pouco de vida, mas em realidade trouxeram-lhe a morte.

Numa análise curta e sem especialização (a não ser intuitiva) como esta, não se pode chegar a uma conclusão satisfatória e definitiva a respeito do comportamento da censura em nosso meio, principalmente porque se trata de assunto para sociólogos e/ou analistas políticos. Preliminarmente, porém, tais precauções pseudo-morais – se realmente estão sendo postas em prática – devem ser condenadas como contrárias aos princípios básicos de democracia e humanidade.

A censura deve ser feita sem subterfúgios, pois ela é um direito adquirido pelo poder, pelo regime, pela força e a sociedade constituída a ela geralmente se submete. Se a sua eficácia é discutível e se muitas vezes a censura é um entrave ao progresso, são pontos a ponderar. No presente caso, porém, não existem motivos para a utilização de tal método. O que acontece, no mínimo, é incompreensível...

A LÍNGUA DO MILAGRE

Oportuno sob todos os aspectos o artigo de (...) "Língua Russa e Língua Soviética" (CE de 02/12/1979). Também nós poderemos falar numa língua pátria surgida por necessidade após quinze anos de regime de exceção?

O principal enfoque dado por (...) no citado artigo foi justamente com relação à dualidade regime/língua (ou gramática?) e aqui cabe perguntar se as alterações gramaticais por que passaram as línguas não sofrem tendência mais ou menos acentuada do regime pelo qual são governadas.

Sim, porque subsistem heroicamente algumas poucas línguas cuja gramática permaneceu estática durante séculos ou milênios, inclusive porque a própria modernização obrigatória ficou limitada a algum efeito gráfico de mínima influência léxica.

No nosso caso particular – é superficial, porque merece um mais profundo estudo – podemos assegurar que, pelo menos a gênese da mutação existe (ou existiu), sabe-se por quais razões, seja de segurança do estado ou mesmo segurança pessoal de uma minoria de repente lançada ao marginalismo.

A transformação se inicia quando a classe dominante convoca para si a colaboração das camadas direta ou indiretamente responsáveis pela comunicação popular e aí se inclui jornalistas, publicistas, rede oficial de informação e mesmo as fontes transmissoras e receptoras de notícias. Veículos como o telex e – finalmente – o rádio e a TV, que, juntos dos jornais, fazem a literatura do fato e a conduzem à população.

Os mestres também dão sua colaboração efetiva, quando induzem os estudantes a analisar as obras produzidas dentro desse contexto, limitando-os, portanto, a uma visão estreita da realidade.

Convém lembrar que, embora não aventada pelo autor do artigo, tal transfiguração também ocorreu por ocasião da ascensão do III Reich, quando Hitler convocou a colaboração de grande parte dos artistas e compositores naquele esforço enorme que constituiu a formação da ideologia nazista.

Aqui também os artistas da comunicação foram convocados e muitos outros apresentaram sua "colaboração espontânea" e esse conjunto de fontes de informação acabou se constituindo no maior desforço da instituição então vigente para levar a sua mensagem ao público.

Tal mensagem atingiu o ápice quando, conjugada com motivos populares (futebol, carnaval, festejos pátrios), conseguiu mobilizar grande parte da população iludindo-a, bloqueando as fontes de informação alternativa, tanto locais quanto externas, fazendo da censura rigorosa o principal veículo de contenção do noticiário adverso e/ou passível de provocar qualquer controvérsia interna, cujas consequências poderia afetar a estabilidade do regime.

Pode-se mesmo assegurar que houve uma lavagem coletiva, justamente como nos tempos do III Reich, argumento principal da História para justificar a catástrofe que foi o reinado hitlerista, cujo calcanhar de Aquiles foi a confrontação com o judaísmo internacional.

Em parênteses, essa confrontação serve de empanação aos atos semitas de perseguição a outros povos, mesmo hoje, quando todos já

conhecemos a verdadeira extensão do que foi o massacre dos judeus, genocídio muitas vezes dramaticamente superado uma dezena de vezes ao passar da histeria... Voltemos, porém, ao tema enfocado no artigo de (...), ou seja, da malservação da palavra ou adulteração da linguagem em proveito da minoria dominante.

Mal tomou pé o regime militar que nos vem governando nestes últimos 16 anos e a feitura de informação e frases bem feitas foi acionada, aperfeiçoando-se a cada dia, ate alcançar o auge nos anos 75/77, quando a intervenção e repressão pensaram ter o controle absoluto sobre todas as fontes, sobre todas as pessoas.

Nessa época viu-se uma verdadeira debandada de elementos da informação, escritores, poetas, compositores, editores (estes mais pela necessidade de manter o comércio rigorosamente dentro do regime capitalista), dispostos a colaborar (ou "colaborar"), havendo mesmo aqueles que se dispuseram a denunciar os companheiros que resistiam à ideia de sacrificar a atividade pessoal, a criatividade individual, escravizando a um regime que nem sempre afinava com os ideais próprios.

O artista, afinal de contas, sempre procurou superar os obstáculos de ordem política e manter a criatividade acesa – criar é resistir – mesmo nos regimes mais rigorosos da história da humanidade.

O exemplo contemporâneo – não só a URSS, mas também a China e os chamados países do III Mundo – cujo subdesenvolvimento é a chave da manutenção de ditaduras impopulares, capazes unicamente de defender sistematicamente o regime ao qual servem seus lacaios, empresas multinacionais que, apátridas, exploram todos os recantos do mundo

notadamente aqueles localizados em regiões de fácil controle econômico.

O que mais ressaltou no processo foi a maldição lançada sobre determinadas palavras e, em consequência, temas. A mutação mais acentuada, por exemplo, foi na palavra "revolução", já que o regime chamou para si essa "transformação súbita" de que fala o substantivo.

Hoje é capaz de constar em qualquer dicionário e/ou galáctica essa nova classificação (revolução = revolta armada, das armas, das forças armadas??), porém creio que o mais acertado seria resistir, resistir, à classificação fácil, apenas para satisfazer a um regime historicamente frágil, embora algumas vezes a violência tenha sido requerida para dar maior ênfase a seus destinos.

Apenas como registro pode-se, en passant, constatar alguns segmentos impostos de cima para baixo, em regime de força: povo, revolução, subdesenvolvido, miséria, religião, estudante, progresso, são algumas palavras mutantes que foram utilizadas para justificar algumas ações da instituição reinante e que apareceram em destaque nos informes oficiais.

É uma lista reduzidíssima, porém, para a importância do fato em si e para as dolorosas consequências culturais advindas, cuja magnitude é impossível avaliar no momento.

A parte ética e moral da questão estão registradas. A própria sistemática está ainda em pleno vigor. Convém iniciar o debate, o combate e – porque ainda é possível – resistir, impedindo-se o registro de determinadas inovações que nada têm haver com semântica.

A QUESTÃO DO JORNALISMO

“A Sociologia ainda não descobriu a imprensa brasileira. A Historiografia, por sua vez, preocupou-se dela apenas tomando-a por partes isoladas e inconjugáveis: certas figuras que nela se destacaram em períodos já remotos, fases historicamente determinadas, a inserção da imprensa entre os elementos motores de alguns movimentos políticos ou sociais do passado.

“E, no entanto está na imprensa, ao que sou levado a confirmar, pela força de uma experiência pessoal e direta o fator interno que, entre todos, se equipara à compressão do imperialismo na restrição ao desenvolvimento da consciência nacional. Sendo, também, arma do imperialismo, a imprensa moderna é o instrumento primordial das forças nacionais de reação: é nela que os diversos interesses conservadores se encontram e se coordenam, para obter, pelo sistema de pressões e pela manipulação da opinião pública, o controle perfeito do Estado e a permanência da Nação nos estreitos limites dos seus interesses de classe.

“Dever-se-á a ausência de estudos sociológicos e históricos sobre a imprensa na sociedade brasileira, talvez, a falta de compreensão de que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”.

“Ou seja, como fator de estímulo ou de contenção do

desenvolvimento econômico, como selecionadora de grupos da elite econômica que entre si disputam o poder político, como fornecedora de material para o estudo da crise brasileira ou falsificadora de informações e, por conseqüência, de conceitos, e daí por diante”.

Os parágrafos acima foram tirados da orelha do livro *A História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, volume nº 51 da coleção "Retratos do Brasil", da Ed. Civilização Brasileira. A edição data de 1966, mas o retrato acima jamais perdeu ou perderá a sua atualidade simplesmente porque a imprensa, com raras exceções, em séculos de existência sempre serviu a interesses escusos de pessoas que tentaram manipular e controlar de qualquer maneira a opinião pública.

Entretanto, verdade seja dita, sempre houve um órgão que, resistindo a toda e qualquer pressão à liberdade de informar, manteve acesa a chama do antigo conceito de honestidade jornalística. Como o historiador, o jornalista tem o dever moral de informar imparcialmente todos os movimentos políticos e sociais, históricos e econômicos, capazes ou não de modificar o hábito de um povo. Mantida a chama da liberdade, levando-se a informação nua e crua ao leitor, é que se pôde tomar conhecimento das diversas fases por que a Imprensa passou e continua passando.

Por exemplo: nos EUA, país que acha direito meter o nariz nos assuntos internos de qualquer nação para salvaguardar os seus interesses e o seu ponto de vista do que é real mente a Liberdade, a imprensa encontrou seus mais brilhantes dias. Não é fácil publicar documentos tidos como secretos por todos os órgãos governamentais. Não é fácil enfrentar o Presidente de uma Nação, desobedecendo a ordens expressas de órgãos

como a CIA, ou o Pentágono, em nome da liberdade de informar.

O contraste é nítido, pois os EUA mantêm uma guerra no Sudeste Asiático, sustenta a posição de Israel contra o povo árabe, mantêm frotas armadíssimas em todos os mares do mundo, bases em várias nações européias e asiáticas, além da incontestável presença econômica em quase todos os cantos deste planeta. Se só por si essa presença é altamente prejudicial à liberdade de cada povo, imaginemos o quanto não é atentatória a presença militar.

Justamente nessa nação é que ocorrem as mais variadas e legítimas manifestações de liberdade. Em nenhuma outra parte do mundo se contesta tanto um Presidente quanto nos EUA. Aliás, reconheço que isso existe também em vários países europeus – até na Espanha de Franco, uma ditadura de mais de 30 anos – como na Inglaterra, Irlanda, França, Itália e em alguns Pulsas vizinhos nossos, como Argentina, México, Chile, Venezuela, Colômbia, etc.

O que se quer, dizer é que, para o jornalista de fé se torna absolutamente necessário manter o nível independente da sua informação, para não desfigurar a opinião própria de cada um, adquirida em decorrência dos vários conhecimentos obtidos na vivência e convivência deste atribulado mundo. Porque é indubitável (êta palavrinha ruim) que, individualmente, cada pessoa absorve e apreende tudo que lhe for apresentado, tirando desse conhecimento – por mais primário que seja – suas próprias conclusões, que afinal vão reger o modo de vida e erigir uma personalidade. Informar mal é destruir um ser...

A REBELIÃO DO CALABOUÇO

O Restaurante Central dos Estudantes (Calabouço), foi condutor da insatisfação estudantil, que atraiu a simpatia de outras camadas populares à manifestação como um meio de extravasar, relegadas que estavam a um baixo plano no que se refere à participação social.

Maldito desde o início, o RCE (Calabouço) foi sempre (e será durante muito tempo) o foco e cérebro das comunicações entre as lideranças estudantis e o estudante popular, que trabalha durante o dia o estuda à noite. Lá se reuniram a UME e a UNE nos tempos da perseguição sofrida pela polícia do então governador do Estado. Aliás, nesse ponto o atual governador é igualzinho...

O motivo de tais reuniões é muito simples: diariamente transitam cerca de sete a oito mil estudantes no Calabouço, das mais diversas categorias. O desconforto e a péssima comida que é servida é a tônica da insatisfação.

O restaurante é eternamente provisório e causa de terna repulsa. O Salão de Exposição no qual foi adaptado o restaurante e posteriormente transplantado para o local atual local, também é provisório. O que deve fazer no simples caso do restaurante é construir um bom refeitório com boa alimentação, tudo a preço de estudante.

Seguir os comodistas que alegam não ter o Governo obrigação de dar alimento a estudantes (para estes o Governo, nem eles, não têm sequer obrigações) o que é um erro maior que o presente. A solução é única: a acima exposta.

Enquanto isso as explosões existirão continuamente.

Atualmente os estudantes tomaram para si a iniciativa de pressionar os setores governamentais, no sentido de dar início ao necessário diálogo com o Povo.

As demais classes (a operária e a comerciária são as mais populares), não intervêm diretamente nas manifestações. Só por meio do seu órgão representativo, quando este é dirigido por elementos progressistas e defendendo somente os seus interesses.

Os estudantes, na falta de responsabilidades maiores, marginalizados que estão, podem agir com mais liberdade e sujeitar-se a ficarem semanas detidos numa cela policial-militar.

O êxito estudantil maior, além da demonstração de poderio, foi conseguir e efetivar a unidade nacional, advinda em eco à mensagem enviada aos quatros cantos do País, através da repulsa à morte do estudante Edison Luis.

A solidariedade foi geral e abrangeu, igualmente, outras classes: operária, artística etc. As classes citadas anteriormente (operária/comerciária), possuidoras que são de responsabilidades sócio-econômicas, quando se vêem submetidas ao mesmo vexame político, sofrem pressão do patrão e se vêem obrigadas a desistir das demonstrações públicas.

Ficam limitadas ao seu sindicato, como foi dito e dependem do mesmo para suas exigências profissionais. E muitas vezes o sindicato é

dirigido por membros satélites, que todos conhecem...

Lamentável foi a intervenção aparatosa policial-militar empregada contra as justas reclamações estudantis.

Com a suspeita pretensão de evitar “o pior”, as forças armadas se tornaram cúmplices da agressão e tomaram para si a responsabilidade das mortes ocorridas, desde Edison Luis.

E a partir de Edison Luis, não há dúvidas, a violência será a tônica das futuras reivindicações de todas as classes populares brasileiras, regidas pelo conhecido principio de que violência gera violência.

Se não houve por parte das forças armadas agressão física (conhecida), que dizer da ocupação tática da cidade toda e da entrada, em suas fortalezas, de vários prisioneiros políticos?

É agressão moral e cobertura conivente com a agressão física da polícia militar. A volta da espada enferrujada diz que o Brasil retorna ao caminho do estado-novismo, tristemente lembrado geração a geração.

Durante a semana que sucedeu à morte do estudante, o clima de violência foi procriado por e pela polícia, alimentando a “vingança” pela derrota logística sofrida quando da passeata de primeiro de abril.

O que os policiais não sabem que o derrotado foi o regime, desde a Presidência aos Ministros, desde o governador ao mais bruto e violento policial.

Como excluir a culpabilidade do Governo quando, na verdade o próprio Governo foi o regente da repressão? O Ministério do Exército distribuiu notas á imprensa comunicando que estava “dirigindo o aparato militar repressivo, inclusive o policial”.

A violação cometida e logo se apressa o Governo a promover IPM para "descobrir" os responsáveis pelos espancamentos.

Se o mesmo Governo aceitasse ajuda do povo, fácil seria “descobrir” os agentes espancadores, individualmente.

Partindo honestamente o Governo para asse fim, chegará à crônica corrupção da policia e do DOPS. Este já deveria ter sido extinto, criando-se uma policia política no Congresso, controlada pelo mesmo.

E saberá o Governo a razão dos muitos acontecimentos estranhos que, pelo mundo todo, abalam Chefes, Diretores, Secretários, Governadoras e o Presidente, sim senhor?

Em alguns estados (São Paulo, Paraná e Maranhão), onde as manifestações ocorreram liberalmente, tais elementos estão mais ou menos controlados e limitados às atividades extralegais como Jogo de Bicho, corridas de cavalos, além da luta pela liberação de grandes marginais presos.

Ou seja, afetos apenas às ligações policiais paralelas entre si, sendo a corrupção nestes casos consequência do subdesenvolvimento e diversos outros fatores sociológicos.

É justamente nesses estados onde o Governo mantém o princípio do

diálogo e da manifestação. Participação esta necessariamente reconhecida por diversas classes.

O que faltou na Guanabara, Minas e outros Estados onde explodia a crise: o estopim.

A manifestação estudantil está intimamente ligada, e, em consequência, a polêmica provocada pelas autoridades federais com a classe teatral. Ali foi o nascedouro da crise e o primeiro sintoma de que o Governo é incapaz de conversar e solucionar os problemas classistas.

Representado e encabeçado pelo Ministro da Justiça altamente reacionário, o Governo mostrou-se totalmente alienado. Naquela ocasião o Governo, paradoxalmente, citava jurisdições mil para sufocar o teatro, enquanto que na repulsa estudantil, aclamou os frustrados Atos e proclamou leis de exceção, formalizando com as eternas ameaças de novos Atos e do Estado de Sítio.

Ameaças essas que caíram no vácuo por duas razões:

1) O povo sabe que o Estado de Sítio não será pior do que está sofrendo;

2) O Estado de Sítio levará o caos ao Governo e ele sabe disso;

Da crise teatral à insatisfação popular de 1º, deve o Governo reconhecer a necessidade premente do diálogo imediato com todas as classes, mesmo tendo de excluir de seu quadro os elementos radicais que impedem a conversação com o Povo.

Ou então responsabilizar-se pela derrocada, pois esse foi um grito de guerra, um sinal de progressão e evolução nos métodos reivindicatórios...

Vide, como exemplo, as rebeliões ocorridas nos EUA, Alemanha, Espanha, Polônia e Tchecoslováquia. Os jovens estão tomando para si a corajosa responsabilidade de exigir liberdade, coisa que seus pais, impotentes, não conseguiram. (1986)

A VOZ DOS TEMPOS

O tempo no Brasil tem corrido célere. Não só a tecnologia pegou o homem brasileiro em estado semi primitivo, como também surpreende a todos pelas bruscas mudanças políticas, sociais e, vá lá, econômicas.

Antigamente a revista Realidade promovia na sua última um debate baseado em perguntas dos leitores e respostas de autoridades. O tal debate não levava a lugar nenhum, porque as autoridades depoentes facilmente provavam uma afirmativa e uma negativa ao mesmo tempo – o que no Brasil não é difícil. Relendo a Realidade, de junho de 1966 (e lá se vão seis longos anos), topei com a seguinte pergunta, do leitor A. M. dos Santos, de São Paulo:

“É verdade que, no Brasil, todo o poder está nas mãos dos militares?”

A resposta afirmativa vem de parte do contra-almirante Norton D. Boiteaux, enquanto que a negativa vem do então deputado federal Sr. Anísio Rocha. Perceberam a sutileza? O militar responde SIM, o civil (e ainda por cima deputado) responde NÃO.

Mas o que responderam eles? Vou tentar resumir as respostas, excluindo as “vaselinas”, que são muito próprias nessas ocasiões. Primeiramente a resposta afirmativa do contra-almirante Norton D. Boiteaux:

“Infelizmente, sim. Pela estrutura do nosso regime caberia aos militares brasileiros uma posição, modesta e digna, de guardiães das nossas

fronteiras e de defensores das instituições. Entretanto, alguns preconceitos injustos, embora arraigados, levam os militares intermitentemente a incursionar em campo alheio, com o fito de “salvar o Brasil do abismo em que quase ia sendo lançado”(...)

“O primeiro preconceito, da parte do civil, consiste em considerar o militar arbitrário e violento. Por seu lado, o militar encara o paisano, em regra, como displicente e sem civismo. Resultado: o militar subestima o paisano; o civil teme o militar.

“É engano dos militares pensar que são admirados pelos civis. Há, pelo contrário, da parte destes, um mal disfarçado temor. (...)

“Os militares, porém, desconfiando dos civis, vivem apreensivos com a sua atuação, na indústria, na política, etc., e estão sempre prontos a arrebatá-lhes as funções, para corrigir os erros fatais que, no seu entender, o paisano estaria cometendo.

“Esta infeliz atitude de vestal, tutor e messias, do militar, recrudesceu recentemente gerando os acontecimentos a que todos estamos assistindo.

“Outro preconceito bem grave refere-se à segurança nacional. A segurança nacional se presta a sofismas, dispondo os militares ao exagero. Chega-se até ao requinte de encaixar na segurança nacional o feijão, a cebola, a política, a moral, a religião, tornando, assim, os militares árbitros supremos de todas as questões nacionais sejam elas quais forem...

“Isso explica a Revolução e o motivo pelo qual, efetiva e abusivamente, todo o poder está nas mãos dos militares. Oxalá os bons

militares meditem sobre isso, reconsiderem e retornem, com humildade e patriotismo, para a singela posição que a Constituição lhes aponta."

Pensar, senhores, pensar. Eu não sei quais as funções que o contra-almirante Boiteaux está exercendo hoje em dia. Entretanto, a resposta acima, é mais que uma resposta, é uma análise histórica, que deixará, por certo, o contra-almirante Boiteaux tranquilo com a sua consciência e com a paz do dever cumprido. Pensar senhores, pensar...

A mim também pouco importa a função exercida nestes dias pelo então deputado federal Anísio Rocha. Importa mais as palavras ditas em defesa de seu próprio mandato, em defesa da democracia, em defesa de uma tese insustentável...

"Tanto o Poder Judiciário como o Poder legislativo estão funcionando a toda a sua plenitude, em que pesem os Atos Institucionais carpidos com o advento da Revolução. (...)

"O Congresso, por sua vez, foi legitimado pela Revolução e aceitou essa legitimação. funcionando hoje em todo o seu esplendor. (...)

"Não se pode negar, entretanto, que o Poder Executivo é um poder forte. Em decorrência dos Atos Institucionais ele, às vezes, funciona discricionariamente. (...)

"A imprensa é livre, os comícios aí estão, o povo é convocado nas praças públicas, os congressistas (apesar dos agentes do SNI) dizem o que pensam. Teremos eleições indiretas dentro de pouco tempo e elas serão indiretas, porque não se pode mudar as regras de um jogo, depois que elas

estão estabelecidas e a Nação já as aceitou.

“A participação dos militares no governo não é um fenômeno trazido pela Revolução de março. O militar é como o engenheiro, o advogado, o sacerdote: é brasileiro como outro qualquer. Por que não ocupar cargos públicos?”

“Quero lembrar que o Presidente mais civilista e que mais respeitou a Constituição foi exatamente um militar, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, cuja orientação sigo desde os bancos escolares”.

Pensar, senhores, pensar. Eis como a democracia serve aos mais diversos pensamentos. É a única ideologia política que se pode servir desde os índios, passando pelos católicos, protestantes, budistas, ateus, etc. para chegar aos comunistas, ditadores e democratas propriamente ditos.

Cheio de sofismas (os Poderes Judiciário e Legislativo nunca funcionaram “em toda a sua plenitude”) e redundâncias (o “poder forte” – Executivo – funciona “discricionariamente”, etc.), o – vá lá – deputado Anísio Rocha menos comprovou que os não têm todo o poder do Brasil nas mãos, do que puxou saco dos mesmos encerrando com a maior puxada que o Marechal Dutra já recebeu “desde os tempos escolares”...

Aquela de dizer que o militar é como advogado ou sacerdote não dá pra saber se é insulto ou puxa-saquismo mesmo. Agora, por outro lado, vou relevar o sentido profético do deputado Anísio Rocha, quando ele diz que “teremos eleições indiretas dentro em pouco tempo”. Elas estão aí mesmo, apesar de virem por diferentes caminhos do que aqueles pregados pelo Sr. Anísio Rocha, com as alegações de que “não se pode mudar as regras de um

jogo, depois de elas são estabelecidas e a Nação já as aceitou”.

Regras impostas sob o tacão, que nunca a Nação aceitou... Mas, como se viu, as eleições – que seriam diretas de acordo com a Constituição Brasileira (que, no caso, é a “regra” do jogo) – foram transformadas em indiretas, com a aprovação do Congresso brasileiro, “em todo o esplendor”!

Passados seis anos desde que a “voz” do Sr. Anísio Rocha foi ouvida, diríamos que ele perdeu uma boa oportunidade de ficar calado. Em nada contribuiu para a história política do Brasil, nem da democracia, que tanto se orgulha em defender. (1972)

ARENA I ou ARENA II – UMA FUTURA OPÇÃO?

A formação de um segundo partido político representante dos setores governamentais, anunciada recentemente por membros da ARENA, lembra sob certos aspectos a fórmula utilizada pelos grandes trustes da indústria e do comércio. Estes, ao fundar empresas basicamente similares às suas, criam diante do público um “adversário” manso, a investir e fazer ofertas mais sensíveis e preços mais baixos, para fazer-lhes concorrência. Agindo dessa maneira conseguem debilitar (ou diminuir) o poder do real inimigo, consolidando o domínio do mercado e absorvendo todas as faixas de consumidores, obviamente com grandes aumentos nos lucros.

Assim fez a Kibon, conforme denúncia formulada pelo jornalista Hélio Fernandes no jornal Tribuna da Imprensa ao ver-se impedida de elaborar certos produtos que foram condenados nos EUA e não poderiam mesmo ser livremente produzidos ou comercializados no Brasil, de forma alguma. A Kibon, porém, fundou uma espécie de subsidiária (evidentemente sem quaisquer *vínculos oficiais*) – a Q-Refresco – e passou a produzir e vender a linha de produtos proibidos, entre os quais o Q-Suco, popularíssimo, que o brasileiro toma a torto e a direito, além de geléias balas, etc.

Do mesmo modo agiu a Ford que, encampando a fábrica Willys-Overland, dominou o mercado de veículos com venda garantida (Jepp e seus derivados), fazendo da transação, até hoje, o principal objeto de sua publicidade com o slogan “Faça como a Ford – compre Willys”, mantendo assim, a liderança do setor. É claro que aí não tem nenhuma maldade, como o caso da Kibon...

Como a cada dia surgem novas formas de democracia, o que vem demonstrar a inesgotável e imensa versatilidade do sistema político, é bem possível que, mais uma vez, tenhamos de servir de cobaia para a nova experiência. O que vem demonstrar a imensa e inesgotável paciência do brasileiro com relação às mutações históricas, digo, históricas da democracia.

Do jeito que as coisas andam, a tecnocracia substituirá totalmente a política e, conseqüentemente, a ciência tecnológica (enfim) embalsamará o cadáver ambulante que hoje é a nossa democracia.

Parece, porém, que essa tática é nova apenas na atual configuração e no modo de tratá-la às claras, descaradamente, porque os mais diversos sistemas ideológicos (como comerciais) já utilizaram a mesma farsa para possuir o domínio quase total da população sob sua administração.

Todas, infelizmente, extremistas e opressores.

As vantagens da fundação do novo partido seriam puramente políticas, como é de se esperar. Mais vagas seriam postas à disposição dos milhares de políticos que vagueiam em busca de uma tribuna, parte que fazem do potencial ora estagnado e inerte de que dispõe o Brasil, sempre farto e abundante de defensores das instituições livres e democráticas.

Tem tanta gente, em todos os recantos, querendo ir para o partido do Governo em busca de meios para ajudar na fabulosa arrancada do Brasil rumo ao Japão, quer dizer, rumo ao futuro, que daria para fundar não só dois, porém três ou mais ARENAS.

A formação do partido que seria a ARENA II, terminará finalmente com o monólogo imposto pela fraqueza do MDB, física e vocal, concedendo aos adversários (dizem que a ARENAII abrigará seus próprios dissidentes), oportunidade de se digladiarem à vontade. Revivendo, para gáudio da nação, as cenas que o eleitor ainda tem na memória e sempre gostou de ver: a perfeita imitação de um debate político-social, com todas as nuances "de verdade", que é a base da formação daquela coisa que entendemos como a democracia à brasileira.

Por outro lado, seria uma concessão ao MDB, que também poderia arregimentar as próprias dissidências, somar às dissidências das duas ARENAS (pois elas não deixarão de existir jamais) e, assim, formar a base para a fundação de um novo partido político, com poderes para fazer frente à recém-formada força de persuasão adquirida pela ARENA II.

Existindo essa exceção, não teria o MDB objeções para a formação do que seria o 4º partido, que, desde já, poderíamos batizar com o sugestivo e vendável nome de MDB Júnior.

AS FESTAS E A FORÇA DO AMOR

Ninguém se preocupou ainda em fazer um estudo sério sobre as influências que sofre o amor nas ocasiões de festejos populares. O certo, entretanto, é que muita gente já teve e tem dor de cabeça em controlar e corrigir o povinho rasteiro em suas andanças pelas curvas do amor, do sexo, nesses períodos.

De fato, basta se aproximar dos dias de festas – Natal, Ano Novo, Carnaval, São João – para a atmosfera ficar carregada de fluidos positivamente amorosos. As dificuldades num milagre desaparecem provisoriamente, o homem fica mais livre, a mulher mais simples e acessível. É a força do amor que lateja onipresente. Daí a razão da cartilha de condenações e maldições lançadas contra essas festinhas, a constante vigília mantida pelas religiões e pelos governos.

Pelo Brasil afora existe um sem-número de festejos rueiros, de levantar poeira do chão, a maioria deixada de herança pelo criouluu escravo que, com sua cultura místico-espiritual muito enfeitou nossas danças de pés descalços.

A principal delas, o Carnaval, todos sabemos a sua total condenação pelo clero como divertimento do Diabo, desde os mais remotos tempos. Porém, suas origens são bem cristãs: uma extensão comemorativa da Morte de Judas Iscariotes, talvez. Mas até hoje o retiro espiritual e a abstinência são pregados pela religião, com grande força propagandística, em oposição às fantasias carnavalescas. Felizmente para quem gosta de folia, a gatinha não dá mesmo trelas pressas coisas...

E haja Carnaval por durante meio ano, atuando dentro da gente para desanuviar as coisas ruins e amargas que a vida nos traz. E haja coração e alma para agüentar o tanto de amor que se tem pra dar e vender (a vida tá mesmo difícil). Principalmente – graças a Deus – mais pra dar. A música, o calor e a cerveja correm livres dentro da gente acordando todos os nervos, eriçando os músculos, excitando todos os sentidos: é hora de amar, de se entregar, de lavar o corpo e desgarrar até a alma em qualquer meio-fio super enfeitada de serpentinas e confetes. É hora de amar.

As festas de candomblé, seguindo o carnaval em popularidade (cano festa, não como religião), com a vantagem de não ter período delimitado, também carrega no lombo uma montoeira de condenações de toda espécie.

Mas, como as coisas proibidas sempre alcançam imensa força popular, as casas de macumba e candomblé, tambor-de-mina e de crioula, andam empanturradas de gente que gosta de se divertir, as praias no dia 31 de dezembro não deixam lugar para andar e o mar se alegra com as oferendas para Iemanjá.

Ali os fluidos são bons e dirigidos rumo ao encontro de um amor desimpedido e mesmo de fazer o próprio quando as fumaças e as luzes já começam a abandonar o terreiro. O mesmo ocorre em todas as cabanas em que as sensações trazem boas notícias: só dá paz e amor. Quando o terreiro é de praticar maldades, nem sombra de amor se vê nas faces suadas dos participantes. Necas de amores fáceis.

No entremeio do fogaréu carnavalino, ainda tem muita gente boa que se diverte com outras danças *demoníacas* – o Maracatu, em Pernambuco; o Afoxé, na Bahia; o Tambor-de-crioula, no Maranhão; o Divino no Ceará; o



Boi-bumbá, no Amazonas; o Carimbó, no Pará e outras mais em várias regiões. Todas as dancinhas trazem a marca registrada da provocação para o amor.

E, curiosamente, embora corra algum álcool transmitido geralmente por uma caninha ou por uma cerveja mais afoita, o som dos maracás, dos tamborins, tambores e das toras, é o responsável pelo maior excitamento que deixam o couro em fogo, desafogando o coração do pessoal amante das diversões. O voleio dos corpos, as contorções e os meneios dos braços, as voltas malabarescas das pernas e o sacudido dos traseiros, o remexido da cintura e o bate-bate arrastado dos pés, tudo traduz sensualismo e o festeiro fica cada vez mais querendo... Querendo.

Lá pras bandas de junho/julho outros cantares se fazem escutar nos auto-falantes. No sul, parte de baixo do mapa do Brasil, surgem logo os *arraiás* anunciando comidinhas ditas matutas, quentão e outras mumunhas mais que servirão para acompanhar os quadrilheiros formalmente uniformizados de caipiras a ensaiar os passos ritmados, cadenciados e decorados da dança. Assim o pessoal citadino se diverte, imitando um povinho de pé-no-chão que nunca conheceu, imitando mal, é verdade.

Mas a festinha também acaba em amor e se o amor da estória acaba em casamento fingido, pares dos quadrilhistas dão sempre um jeitinho de tornar as coisas mais reais, do que a gente que assiste nas laterais do terreiro acompanha e confirma, esquentada ou não pelo quentão.

Já na outra banda lá de cima, lados do Norte/Nordeste a coisa é bem diferente. Só que em breve estará sumindo também, conforme prometem as autoridades, pois dizem que a televisão, como um fantasma, penetra nas

noites quase-escuras das cidadezinhas do interior.

É o fim do sertão anunciado a cores: o sertãozinho de luares poéticos e cheiro de mato está morrendo. Mas, dizia, praquelas bandas as coisas estão assim: o Reisado já quase no fim e o Bumba-meu-boi iniciando seus cantares para incendiar as noites de São Pedro, Santo Antônio e São João. O Tambor e o Divino pelas ruas com seus santos festeiros e (só) mulheres com roupas brancas acompanhando.

Quem nunca viu não sabe o sue perdeu, quem já viu só perde quando não vê mais.

O boi com seu chifre colorido e os couros reluzentes de pedraria e miçangas, rodando nas rodas, enfrentando os vaqueiros e assistentes (que podem Participar da trama) ao som quentíssimo dos pandeiros, das matracas e das ronqueiras. Maracás e chocalhos dão o retoque no batuque e a cantoria dançada só é interrompida para um gole de cana pura oferecido pela casa que teve a honra de receber a visita do boi. Se a dança tem pouca ou nenhuma mulher, ninguém pode negar o foguinho que percorre por dentro da gente clamando, após aquela cantoria toda, por uma boa cama, esteira ou especialmente uma rede, onde se deve deitar atravessado. Acompanhado, naturalmente.

Por essas e por outras (isso é trabalho de fôlego pra quem se interessar) é que as tais dancinhas e divertimentos estão desaparecendo, perseguidos pelas proibições. Também é preciso reconhecer a coragem e o valor dos participantes e dos assistentes de tais festejos, que recebem em paga a ameaça de perder o reino do céu e ir parar num purgatório qualquer ou até no inferno.

Ao que o povinho malcriado responde com seu jeito de anjo: se o inferno anda assim cheio de tambores, pandeiros, tamborins e muita perna dançando e pulando, é pra lá mesmo que a gente deve dirigir o rumo, de corpo e alma.

CALÍGULA ENTRE NÓS

Ver Calígula (o filme) é um ato de coragem. Um democrático ato, já que a Democracia esta em moda e ressurge em nós. Proibi-lo é despotismo. Rigidez excessiva com apenas uma das facetas do nosso tempo. Tapar a sequência da História com decreto.

Calígula, um dos doze césaes, nem melhor nem pior que outro qualquer. Reinou num período áureo do Império Romano, limitado a repetir antecessores, a ser precursor de outros vilões despóticos. Os quatro anos que imperou (37-41) foram apenas de transição, uma marca que fixou o seu nome definitivamente inscrito na história da humanidade. Triste e negra história.

O quarto dos césaes não foi, portanto, pior que Júlio, Augusto, Nero, Othon, Vitellio ou Domiciano. Nem menos sanguinário que Tibério, Claudio, Caiba, Vespasiano ou Tito. Roma, então grande conquistadora do mundo, nada mais tinha a abarcar. Os césaes transformavam-se em figuras a serem mostradas ao povo. Uma guerra, uma conquista, servia para elevá-lo ao topo da admiração da gente romana. O demais era ócio, e o ócio promove o desastre.

Calígula e posteriormente Nero, sobressaíram-se como infelizes profetas desse mundo. Mártires que, ao fim, encobriram com o sangrento poder de destruição e morte todos os males da época, de todas as épocas e de todos os césaes.

Porém, o que moveu a unanimidade crítica que condenou explicitamente o trabalho de G. Lui e Guccioni? Por certo a adulteração do

roteiro original de Gore Vidal. É um tipo de coisa que costuma tumultuar completamente a crítica e une todos numa condenação ao adúltero, em respeito e defesa do artista. Ainda há pouco, um episódio semelhante envolveu a romancista Oriana Falacci e seu editor no Brasil a respeito da tradução do romance "Um Homem". A tradutora enrolou-se toda, adulterou o trabalho original, mas a crítica atenuou tudo e reduziu a falha a "um peca-dilho"...

A crítica poderia ser assim tão cáustica com Calígula (o filme) a ponto de não absolver sequer fragmentos do trabalho? Não reconhecer nenhum indício da presença de Gore Vidal? A ponto de condenar à execração toda uma exposição de quase três horas, por duas ou três cenas de sexo explícito? Por duas ou três cenas de inaudita violência – que, no entanto historicamente existiram?

Cabe aqui entre nós a inevitável comparação com o polêmico e premiado filme japonês "O império dos sentidos". Calígula (o filme) é um trabalho épico, reduzindo em muito as possibilidades de premiação que, ao contrário, oferece a história de amor possessivo narrada na película japonesa. Eis porque "Império dos Sentidos" foi premiado, uma premiação que atenua em muito o trabalho crítico – mas Calígula (o filme) jamais poderia sê-lo.

À parte esse detalhe, cabe a indagação: qual a diferença entre a felação de "Império dos Sentidos" e a de Calígula (o filme)? Qual a diferença entre o coito do filme japonês premiado e o de Calígula (o filme), condenado? Qual a diferença do amor incestuoso de Calígula para o amor bígamo de Sada? Qual a diferença entre a festa Pagã, cheia de aberrações da Roma antiga e as

aberrações sexuais-gastronômicas, festejadas num quarto do subúrbio de Tóquio?

A diferença está em nós.

Em Calígula (o filme), no entanto, existe uma estória da História dentro do enredo. Existe uma bela história de amor entre Calígula e Drusila, sua irmã, uma linda história de amor ancestral, vinda dos primórdios dos tempos e que inda hoje encontra resquícios em tribos primitivas. Uma pura história de amor que o cristianismo - ao dominar Roma - finalmente enterraria para sempre. Uma história de amor do tempo em que não existia o tempo incestuoso...

Por que o seu nome permaneceu na História? Por que em tão curto reinado Calígula é citado, estudado, analisado e redescoberto constantemente?

"Que me odeiem, mas que me temam".

Calígula, Nero, Átila, Sade. Alguns nomes que sobressaíram no passar dos tempos, como que para nos mostrar que o mal existe e é eterno. E esse mal, que a História fixa, deve ir às telas com toda a sua crueldade. O cinema é a história de hoje, o papiro dos novos tempos e deve contar a decrepitude do homem, mostrar o bicho que existe dentro de cada um de nós, contar a história negra da vida, mesmo abalando o alicerce da falsa moral.

"Que pena não ter Roma uma só cabeça, para poder decepá-la de um só golpe".

Rabelais (Alfred Galis), em plena renascença já registrara a época dos césaes, época em que "a prostituição campeava infrene na Capital do Mundo. Roma constituía, por assim dizer, um lupanar monstruoso onde todos os vícios e abjeções sensuais floresciam impudentissimamente, sem que os edis nem o senado pensassem em lhes pôr freio".

Calígula foi sangrento? O sanguinário Nero o superou em maldade? Ainda segundo François Rabelais, não foi bem assim: "Na satisfação impura dos prazeres da carne, Heliogábalo excedeu as torpezas de Nero, as asquerosidades de Calígula e as infâmias de Comodo".

Toda essa centralização do mal, no entanto, sobressai-se quando o poder o embasa. O poder e o sadismo tornam-se inseparáveis, igual unha e carne, filhos do mesmo pai, não vivem sós, sequer são Jekyll e Hyde, pois são **uno**, indivisíveis.

Para Richard Lewinsohn, "explicar o sadismo somente da vida sexual seria muito artificial. Existe o sadismo do ditador, a volúpia do poder absoluto é uma tendência primordial, e só acidentalmente passa para a esfera sexual".

É importante notar que atrás de todo Nero, atrás de todo Calígula, havia sempre uma Agripina, uma Messalina, uma mulher. O mesmo Lewinsohn afirma que "os monstros verdadeiramente sexuais no trono romano não foram homens e sim mulheres".

É a confirmação ou apenas defesa da teoria de alguns historiadores, segundo a qual atrás de todo Napoleão sempre há uma Josefina?

O nosso país atravessa uma fase histórica de suma importância que nos impulsiona ansiosamente a VER, ATESTAR, PRESENCIAR, algumas obras malditas do nosso tempo para que não aceleremos inadvertidamente o processo de robotização que hoje grassa na humanidade.

Sentimo-nos emergir de uma quase Idade Média cultural que atrasou nosso conhecimento – sem exagero – em pelo menos um século. É, pois, um ato de particular coragem presenciar e criticar honestamente os trabalhos contestados/contestadores, desafiados/desafiadores, obras nas quais o homem explora até as últimas consequências as perigosas extremidades dos sentimentos. São os últimos redutos da resistência da alma humana, justamente para acordá-la e demonstrar que Calígula, Nero, Sade, estão presente aqui e além, no sudeste asiático, nos campos de concentração, nas prisões, na África.

Por isso torna-se fácil condenar explicitamente trabalhos dessa natureza, como condenaram e censuraram outros que jamais assistiremos, registros do monstro que repousa, individual ou coletivamente, dentro da alma humana.

Calígula (o filme), sangrento e pornográfico, acorda em nós a repousada alma, o adormecido espírito, o repensado pensamento, dopados pela miragem sempre ilusória da "dolce vita", que nos é transmitida diariamente pelas imagens coloridas da TV, dos jornais, das revistas de fotografias super cromáticas, um mundo visual e belo como o arco-íris que hipnotiza o cidadão, para evitar que ele se revolte.

Para assistir a Calígula (o filme) não é suficiente sentar-se na poltrona comodamente. Tem que, antes, pensar no contexto que o envolve. Tem de

pensar que vai assistir a um filme ao qual todos os obstáculos se lhes opuseram. Tem de pensar que vai assistir a um filme ao qual a mão mais forte da Justiça libertou. Tem de pensar que vai assistir a um filme num país que emerge esperançoso para um novo porvir – um novo e auspicioso período da sua História.

Tem de pensar, finalmente, que vai assistir a um espetáculo no qual a História passada e remota, está presente. No qual está presente, também, uma linda história de amor, hoje condenada ao fogo eterno. No qual está presente o ato libidinoso e feroz, o bicho libertado das cadeias do puritanismo, das quatro paredes, das conversas de pé de ouvido.

Principalmente jamais esquecer que ali – em todo esse conjunto – está presente a arte e a mão do homem, a única coisa que realmente supera o tempo e permanece eterna. Por tudo isso, para muitos é difícil reconhecer e dar um crédito a Calígula (o filme), e dizer que assisti-lo é um ato de muita coragem, de desprendimento, de inquestionável importância democrática: por isso é mais fácil condená-lo...

Ver Calígula (o filme) deveria ser também um ato de satisfação pessoal por presenciar, enfim, a pura e cristalina verdade histórica.

CHILE: O REGIME CAI DE PODRE

À distância não dá pra perceber direito o quanto está podre e fedendo o regime militar chileno. Mas a verdade é que os urubus já sentiram o cheiro da carniça e sobrevoam a área em busca de repasto. Pressionado de dentro e de fora, o regime dirigido pelo General Augusto Pinochet ensaiou uma abertura. Mas só ficou no ensaio, não apresentou nenhum sinal de que está querendo deixar o poder. Tanto que o Secretário de Estado Norte-Americano George Schultz (quem diria!) acusou o regime chileno de “*destoar da abertura democrática ora em prática na América Latina*”.

Esse ensaio ensejou, por outro lado, um suspiro das classes sociais politicamente mais ativas, que promoveram um verdadeiro pique dirigido para a abertura democrática e o consequente fim do regime militar. É notório, porém, que o capitão-general Augusto Pinochet, embora prematuramente gagá (quando fala na TV só falta babar sobre os galões reluzentes da farda), adora ser idolatrado e insiste em permanecer no poder à custa da Constituição de 1980.

Pressões, prisões, opressões, perseguições, violações e outras atitudes meramente ditatoriais marcam a passagem rumo ao poço – em parafuso – do regime. Desespero. Desespero puro. O general Humberto Gordon, diretor da CNI (isso mesmo que vocês estão pensando) pessoalmente faz auditorias em órgãos da imprensa, ameaçando por telefone diretores de rádios, jornais e revistas que ousam publicar notícias com independência.

A CNI é acusada de ser a responsável direta por algumas das maiores atrocidades e crimes havidos na época da repressão. É um órgão que já recebeu o repúdio de toda a sociedade chilena, até mesmo da mais

conservadora, que exige a sua extinção. Ainda há um ano o braço da CNI causou o assassinato do líder sindical Tucapel Jimenez abalando todo o Chile. Quantos pereceram nas mãos da CNI? O Rio Mapocho que o diga!

Ainda persistem os julgamentos militares rigorosos como no tempo de guerra. Cinco prisioneiros pertencentes ao MIR – braço armado do esquerdismo – foram acusados de terem participado do assassinato do Intendente de Santiago, General Urzúa. O julgamento do grupo é feito por um tribunal militar "em tempo de guerra", apesar de a defesa ter alegado a inconstitucionalidade de tal ato. Por outro lado, o Fiscal Militar (promotor) solicitou ao Conselho de Guerra a pena de morte para Donoso, Aramada e Marchant, três dos cinco acusados e outras penas para os demais.

Outros acusados do mesmo delito estão refugiados na Nunciatura Apostólica, que solicitou salvo-conduto para que possam deixar o país. O governo criou polêmica, alegando que a Nunciatura não é uma embaixada – e outras coisitas mais – para negar o pedido, que havia sido endossado, inclusive, pelo Papa. A discussão foi aos jornais e se transformou em conflito. Igrejas, prédios, escolas e entidades católicas amanhecaram com as paredes pichadas com palavras insultuosas à entidade e seus membros, chamando-os entre outras coisas de comunistas e marxistas.

A justiça chilena mantém uma certa independência, apesar do rigor que as leis do regime implantam, impedindo praticamente que a magistratura se exercite livremente no país.

Mas a Suprema Corte designou alguns ministros da justiça para dirigirem uma operação de saneamento no sistema financeiro do país. Resultado: o ex-super-Ministro Rolf Lüders (Fazenda e Economia), o

Superintendente de Bancos e Instituições Financeiras Bóris Blanco Márquez, o banqueiro Javier Vial, o Gerente-Geral do Banco do Chile Hugo Ovando, o Gerente do Deptº Internacional do Banco de Chile Javier Le Port, o Executivo do Grupo B.H.C. Patricio Mayo, o Gerente-Geral do Banco O'higgins e Vice-Presidente da Associação de Bancos Luiz Antonio Marchant e o ex-Diretor do Banco de Chile Carlos Cruzat Paul, são algumas das mais de 60 autoridades financeiras que estão (ou em vias de serem) presas à disposição da justiça, acusadas de operações irregulares que vêm ocorrendo desde a época do “milagre econômico” chileno.

Alguns deles assinaram a carta de demissão do cargo público que exerciam, já dentro do xadrez! Convém observar que nestes dez anos de governo militar mais de 90 Ministros foram nomeados e demitidos de suas funções.

A propósito da crise, autoridades de todos os setores sociais se manifestam peremptoriamente. A discussão passou para o grito. Quem vencerá? Vejamos algumas frases apanhadas na imprensa do dia-a-dia:

"Quando se ataca a igreja, começa a contagem regressiva." – (Mons. José Manuel Santos, Arcebispo de Concepción)

"Quem neste momento ataca a igreja de modo tão desapiedado e de forma tão baixa, creio que comete suicídio. Na América Latina todos os governos que se lançaram contra a Igreja terminaram rapidamente." – (Mons. Camilo Vial, membro do Conselho Episcopal Chileno).

"Temos que tirar Pinochet de nossas vidas." – (Dr. Ernesto Tironi, economista e diretor do Centro de Estudos de Desenvolvimento).

"A democracia tarde ou cedo chegará e as responsabilidades deverão ser esclarecidas." – (Sergio Marras – Editor da revista APSI)

"A democracia não será alcançada se não houver uma demonstração maciça de todos os que a querem." (Hermal Flores, líder sindical)

"Não odeio Pinochet, desprezo-o!" – (Hortensia "Tencha" Allende, ex-Primeira dama do Chile).

"Quando Chile voltar a ser um espaço para todos, nossas músicas voltarão a juntar-se". – (Angel Parra, compositor)

"PINOCHEI VS. RESTO DO MUNDO – O General se mede com: o Papa, a Igreja Chilena, o Presidente da Corte Suprema, os políticos, o Comando Nacional dos Trabalhadores, os denunciantes de escândalos, as inquietações dos EUA e um grande etcetera. Resto do Mundo, favorito da galera!" – (Manchete de matéria de destaque do Jornal Semanal "Fortín Mapocho")

Enquanto isso, a reação não se faz esperar. Os donos do poder estão grudados nele que nem carrapato, sem querer largar a boca livre e as tetas que vêm mamando há dez anos! Só dois exemplos, para ver como a confrontação é a lógica mais clara possível no futuro do regime chileno:

"As Forças Armadas e da Ordem estão perfeitamente coesas e não vão se dividir, em que pese às contínuas campanhas que em tal sentido dirige o marxismo contra as instituições da Defesa." – (Sua Excelência General Augusto Pinochet U. – Presidente da República).

"O país não atenderá as demandas dos setores políticos e sindicais. E se começam a fazer muito barulho, passeatas e greves de desordem, vamos partir para a briga de verdade." – (Alfonso Marquez de La Plata – Ministro Secretário-Geral do Governo).

Não é preciso ser vidente nem profeta para pressentir o futuro mais próximo do regime militar chileno. Na prática o regime já está podre, mas a resistência, principalmente daqueles que vêm mamando à farta e dos militares que insistem em ocupar espaços destinados aos civis, poderá provocar um confronto de violência incalculável.

As bombas que já explodem em Santiago são o prenúncio dessa violência. Quem viver verá.

Santiago, 06/03/1984

CRIMES DA SOCIEDADE POLÍTICA

Através dos grandes sistemas de comunicação, utilizados como meio de propaganda, o Estado Político tomou posse de grande e poderosa força mental, adquirindo também, em consequência, o controle do pensamento.

As Forças Dominantes submeteram as grandes massas a controle, se aproveitando, principalmente, das depressões pelas quais passa o Homem, provocadas pelo resultado de várias situações catastróficas que recaem sobre a Terra, tanto artificiais (guerras, explosões atômicas, poluições, o próprio homem, como agente modificador), quanto naturais (terremotos, inundações, erupções vulcânicas, furacões).

Com o advento e evolução dos eficientes meios da propaganda (a via moderna de comunicação) até hoje conhecidos, se tornou fácil aos senhores da política tomar para si e apreender o pensamento e a ação, até então quase livres, aprisionando a vontade natural do Homem.

Sem perceber todos foram envolvidos numa letargia pelo falso mundo político-militar, atendendo sempre a chamados demagógicos, desviados do seu primitivismo já perdido nos recôncavos da memória e do tempo (recordar é viver), afastados do espaço sensorial: tato, olfato, paladar, visão, audição. Tudo em processo destrutivo, alongando cada vez mais a distancia entre o Espírito e a Realização.

Esse domínio rigorosamente político-mental – sufocante – mais e mais limita a Alma e, atingindo altos graus de pressão, provoca explosões, focos pelos quais busca o Ser uma saída-fuga da prisão a que está submetido, evidentemente contra sua vontade. Dia a dia as escapadas se sucedem.

A juventude, a maior força mental existente sobre a Terra, estoura em vitalidade e toma para si a iniciativa da ação libertadora, lançando o Ser na obra de ficção, de novas pesquisas, provocando a cisão com as sociedades políticas vigentes, levando à derrocada as filosofias falsas, culminando com a criação de um novo modelo de vida.

A Busca, o Caminho, os Meios, as Funções, o Primitivismo. Tal tomada de posição, fortemente lastreada e moldada nas configurações dos povos primitivos em sua pureza e pacificação, atraiu e transformou em aliado um grupo de estudiosos que passou a denunciar tanto o controle humano e a submissão do Ente, quanto à destruição do seu meio-ambiente, alertando o resto do Povo para o seu isolamento, imunidade ou emergência do caos espiritual a que foram levados desde cedo através das falsas premissas da moderna educação social. De fato, o Humano se encontra numa fase dispersiva e vazia, onde os valores se confundem (ou são propositadamente confundidos pela racionalidade científica), onde toda a beleza que o Ser carrega com ele se perdeu.

Essa flutuação do Homem é configurada quando os mais acirrados pacifistas reagem violentamente á violência, cumprindo assim um erro primordial em sua luta contra o poder estabelecido. Ao retornarem mentalmente ao natural, reconhecem o pecado cometido e voltam às atividades da paz pela paz, do amor pelo amor. A reação ao novo poder jovem logo se faz sentir quando os donos da situação reativarem as posições opressoras, intensificando a pulverização do Ser e da Mente, utilizando para isso todos os meios possíveis postos em suas mãos pelo modernismo tecnológico.

Mantêm, assim, as falsas orações que alicerçam sua cultura - eis que a

força jovem abalou a estrutura do fingimento, clareando e mostrando a pretensa invencibilidade da Máquina, denunciando as fraquezas e pondo a nu as maldades: o Poder é derogável, a Máquina é destrutível!

A estratégia de "defesa" do Poder Político exigiu uma ação direta e mostrou a cara. Puderam-se conhecer então todos os participantes e responsáveis pela mais dramática e severa trama urdida para dominar o Homem e destruir seu habitat sem qualquer respeito ao mais elementar princípio de humanidade, muito menos pela, sua cultura primitiva.

A morte da Memória se intensifica. A Sociedade Política pensa somente no lucro material imediato e nos momentos comerciais de transição que trazem esse lucro: é a elegia dos movimentos temporais.

Aos filhos dessa formação mental cibernética não interessa saber se existem massacres manipulados na Indochina, ou se os negros escravizados foram e continuam sendo dizimados em Biafra e Burundi, ou se os focos racistas eternizam a opressão escravagista na África do Sul, Rodésia, Austrália, Israel e Américas, alimentando com sangue as divergências entre Seres Irmãos e terminando sua ação com a violência e o desmando.

A não ser que esses fatos influenciem diretamente nas negociatas do mundo dos negócios, provocando a consequente alta ou baixa nas bolsas de valores, nos créditos financeiros, no câmbio internacional de moeda e ouro ou na produção imperialista de matéria-prima roubada das nações subdesenvolvidas.

Os príncipes ideólogos das religiões dominantes estão profundamente comprometidos com a situação, o que dá total liberdade de ação aos

comerciantes para provocar o manter prolongadas guerras de interesse religioso na Irlanda e no Egito, católicos contra protestantes, judeus contra maometanos, respectivamente. Além de outras guerras menores provocadas entre tribos de religião e costumes primitivos, consumindo e dizimando o seu padrão cultural.

Depois de tudo isso os Senhores da Terra, donos do poder absoluto ao qual o Homem está escravizado desde o nascimento, depois disso ainda encontra um lugar no céu, comprado aqui mesmo em mãos dos representantes religiosos.

Os proprietários do mundo atual, que acorrentam o Ser através das mais absurdas leis de controle e punição nunca antes imaginadas, jamais se importarão com o momento presente (alma individual), momento passado (retorno às raízes), momento futuro (amor à espécie e à Natureza). Esta geração, filha do ódio e do rancor, quase destruída, busca e encontra novos caminhos à revelia dos obstáculos, onde certamente as figuras não terão qualquer similaridade com este falso presente.

O verdadeiro Presente será realçado pelo Viver e Amar: a Fraternidade - oculta pela máscara colocada desde o nascer, retida na prisão de preconceitos e idéias, mantida pela mesma máquina de propaganda, constante e eternamente voltada contra o Homem. O Presente – só se vive o Hoje. Contra todas as forças criminosamente coesas, o Homem libertado caminha com o amparo do Pensamento, com o apoio de milhares de iguais, Almas saídas do mesmo dilema.

A Contracultura desmitifica os senhores da sociedade, impõe nova filosofia de vida (que não é filosofia de vida) e derruba por terra todas as

novas tentativas da gente situacionista em impor seus dogmas "definitivos" criados certamente para assegurar novos domínios sobre a Alma.

Um novo poder Mental elege a religiosidade (que não é religiosidade) universal e abandona idéias impostas pela Máquina. De todos os cantos surge um canto de Paz, só a Paz e o Amor interessam - o respeito á realização pessoal, à individualidade e à pessoa.

É no Presente que se caminha, aos tropeções, em busca do Amor. Se existe fuga visível é o espírito quem comanda um retorno às origens, propagando critérios que libertem totalmente a Alma das limitações impostas pelo Poder Político, que não se esquece de utilizar em seu crime a poderosíssima força de propaganda. Derrotar os dogmas, superados e vencidos por si próprios, principalmente o científico, que se pretendo verdade Una, Definitiva, Irrevogável – segundo assegura o Poder.

A Alma se desprende, o Espírito se liberta, nada detém a Liberdade e a Criação. Um novo estilo de vida (que não é estilo) é nascido e utilizado, os Seres se entendem fluentemente, as divisões e subdivisões empurradas em nossa Imaginação são superadas, cada vez mais os preconceitos são enterrados.

Na nova sociedade (que não é nova), o Homem ensina a todos uma nova lição (que não é nova): o Amor é o mais poderoso meio de Comunicação do Universo!

DE RONDON A VILLAS-BOAS

Com o anúncio dos irmãos Villas-Boas, mostrando sua disposição para abandonar o indigenismo, após mais um ou dois contatos com tribos, certame indianismo brasileiro encerrará um ciclo, provavelmente iniciado pelo marechal Cândido Rondon, apontado por muitos como o autor de “obra ciclópica” e elevado às alturas como indigenista e pacificador dos povos indígenas. Em 1973, aos 108 anos do nascimento de Rondon, o índio brasileiro caminha a passos largos rumo à extinção.

Não obstante o eficiente trabalho de instalar milhares de quilômetros de linhas telegráficas promovendo, assim, o interligamento do centro do país com o interior isolado, Rondou jamais foi um sertanista, muito menos indigenista. De formação militar, Rondon cumpria todas as obrigações militarmente, fazendo das expedições (onde o que menos deve contar é o formalismo rígido da caserna), uns verdadeiros batalhões, obrigando sertanejos e índios recém-civilizados a se portarem como recrutas, humildes e cegamente obedientes.

Antes de sertanista e muito antes de ser um indigenista, Rondou era um militar em desempenho de missão governamental. E assim agia, fazendo, em plena selva, paradas militares com o hasteamento da bandeira, leitura de ordem do dia, soltando foguetes e cantando hinos, mesmo que a platéia se limitasse a alguns caboclos e índios "domesticados".

O tratamento dado a esses índios que o serviam era prejudicado pela excessiva rigidez do sistema militar utilizado na selva. Uma vez um índio, tendo bebido bastante, entendeu fazer algo que lhe parecia certo, mas que Rondou não permitiu. Na lembrança dos inescrupulosos seringueiros,

chamou Rondou de “ladrão” e outras coisas. Rondou anotou:

“E nessa toada se prolongava a furiosa catilinária que eu ouvia com serenidade, atento a que algum dos meus subordinados não contivesse sua indignação contra aquele índio desrespeitador e indisciplinado”. (1)

Quem fala assim dos indígenas jamais pode ser considerado indigenista.

Como a missão principal de Rondou era estender as linhas de telégrafo, nenhum encargo indigenista foi-lhe designado. Especificamente, o trabalho de pacificação foi sempre efetuado “en passant”, sem o preparo exigido para tal ocasião. O tratamento quase-indianista de Rondou com “aquela pobre gente”, como costumava tratar os índios (modo este que denuncia o lado errado de ver as coisas), seria talvez um chamado longínquo de suas origens: pelo lado paterno Rondon descendia dos guanás e terena-bororo pelo materno – e não vinha de uma formação indigenista.

O conflito índio-civilização (leia-se: progresso), era muito escondido, não feria, ainda, a consciência dos humanistas. As incursões de Rondon para estabelecer as ligações telegráficas vieram justamente situar e definir o que seria essa luta – e quem seria o perdedor.

Descoberto o índio, descobertas as riquezas existentes em suas terras, que os circuitos telegráficos iriam atravessar (hoje as rodovias repetem o drama), ficou esclarecido também que o índio brasileiro não é o canibal que todos pintavam, nem o selvagem assassino que muitos temiam. Antes, estas imagens foram criadas com o intuito de justificar o extermínio de seu povo.

As reações dos índios eram apenas defensivas, algumas tribos tentavam, com ingenuidade, pacificar à sua moda alguns garimpeiros e seringueiros que haviam penetrado em suas terras. Lembre-se que até então somente os brancos “maus” haviam violado suas aldeias, morto seus irmãos, violentado suas mulheres e filhas. Descoberta a fraqueza física do indígena (ele não era, afinal, um bicho feroz invencível), a invasão de seu território se tornou mais fácil, a matança mais acelerada, o extermínio mais próximo. E as linhas telegráficas que varavam suas terras nada disso transmitiam ao mundo civilizado...

Rondon não tinha também noção alguma (nem intenção) de proteger a fauna da região amazônica que percorreu. Muitas vezes o marechal confessou ter matado vários espécimes de animais, mesmo que deles não necessitasse para alimentação. Principalmente as onças pintadas, hoje catalogadas como animais em vias de extinção. Ele narra com minúcias a caçada de onças pintadas, depois de matar um macho:

“Um tiro meu acertou-lhe no ouvido. Enquanto isso a fêmea fugiu. Foi então novamente acuada e morta com um tiro testa. Não foram poucas as onças que avistamos nas margens, mas a brevidade do tempo disponível não nos permitia persegui-las”. (2)

Algumas tribos "pacificadas" por Rondon colaboravam ativamente nas construções de linhas telegráficas, recebendo o elogio do chefe da missão, prova que o silvícola jamais foi entrave ao progresso (como hoje alega o Ministro Costa Cavalcante), nem é força ociosa, como nacionalistas extremados queriam que fosse (o que não seria anormalidade: estariam em seu estado).

O sistema de "pacificação" (as aspas são necessárias: como pacificar um povo que já é pacífico por natureza?) que foi utilizado por Rondon é hoje condenado pelos mais renomados indianistas, não pela ineficiência, ao contrário, é tão eficiente porque ilude perfeitamente o indígena atraindo-o com engodos e falsas promessas. Depois, advém a frustração e a morte.

Tendo sido um dos idealizadores do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, o marechal não teve a capacidade de pressentir que o sistema de pacificação, utilizado parcialmente pelos indigenistas até hoje, viria "entregar literalmente a vida dos índios nas mãos dos civilizados e provocar assim o extermínio das tribos. Rondon tinha seus métodos: "Deixei no rancho, de presente aos índios, dois machados, quatro facas grandes e dez pequenas, alguns espelhos, lenços, um anzol, uma tesoura." (3)

Mas nem sempre ele recebia a aprovação de companheiros contemporâneos:

“Quando os índios, porém, souberem falar nossa língua e algum de nós puder entender a língua deles, já inúmeros fenômenos primitivos de sua etnografia, usos, costumes, hábitos, práticas, indústrias, características artísticas, religiosas, sociais, estarão deturpadas pela intromissão de elementos estranhos, que os nossos fornecem continuamente. Agora mesmo, os machados de pedra não existem mais na Serra do Norte: cada índio já possui machado de aço”. (4)

Muitas vezes o marechal sentia dificuldades em impor o seu lema – **Morrer se preciso for; matar nunca!** – aos componentes das expedições. Muitos deles não tinham escrúpulos e, na ausência de seu chefe, apavorados e medrosos, assassinavam impiedosamente os silvícolas. "Esforçara-me por

converter os companheiros às minhas convicções, mas era um problema de difícil solução conseguir tal intento." (5)

Mesmo em vida Rondon já assistira à extinção de cerca de 80 grupos étnicos indígenas, embora existisse legislação de sua autoria prevendo: 1) respeito às tribos como povos independentes com o direito de viverem suas vidas, professarem sua religião e evoluírem segundo o ritmo de vida que foram capazes; 2) garantir aos índios a posse das terras que habitam – necessárias à sua sobrevivência.

Mas o índio continua morrendo nas mãos de colonizadores, seringueiros, garimpeiros, por ordem de seringalistas e fazendeiros, representantes, enfim, da “força incontrolável do progresso”. Sofre, nos tempos de hoje, quando a alegação de progresso não tem o mesmo sentido de desbravamento da época da colonização. Mata-se por egoísmo, ambição, política ou pelo simples desejo de superar qualquer entrave.

Notas: 1, 2, 3 e 5 – Esther de Viveiros – “Rondon conta sua vida” – 1958.

Nota: 4 – E. Roquette-Pinto – “Rondônia” – 1950

DOIS CRONISTAS

A crônica não era o que é nem foi o que será. Já foi narrativa histórica, historiografia de cavaleiros andantes, relato de viagens insólitas. Como todo gênero literário também a crônica teve sua pré-história na oralidade, passou-se para pasquins, folhetos e jornais.

Antes de se transformar em poderosa agente educacional e de costumes; antes de virar namoro literário; antes de ser séria e chata como qualquer narrativa histórica; a crônica já foi "relação", "desengano", "relaçam", "notícia" e "serração". Eram, as crônicas, consideradas absurdos, que eram publicados e vendidos à margem, sem submissão a editores oficiais ou à censura rigorosíssima da Idade Média.

A crônica já foi pasquim e folheto popular vendidos em cordéis ao populacho a custo barato, raízes que datam do Século XV dos atuais romances em verso que constituem a "literatura de cordel".

Ainda que tenha ares de frivolidade, ganhou, através dos tempos, a responsabilidade de relatar fielmente os principais acontecimentos e reproduzir os boatos das comunidades, deixou de ser crônica histórica para ser a historieta do cotidiano, quadrinhos de boatos, políticos ou não.

Se para Machado de Assis "escrever crônica é ficar brasileiro", era tarefa difícil, dada a forte influência européia. Hoje se pode dizer que ela não só se abasileirou de vez como acabou por renegar aquelas raízes que a atracavam intelectualmente a gêneros menores. Deixou de ser espécime literário efêmero, não na essência, mas na história: já sai (e muito) em livro!

Essa "fusão admirável do útil e do fútil", esse "parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo" – para mais uma vez referir Machado de Assis sem pedir licença, toma posse de tudo à sua volta sem nada perder, "do devaneio à leviandade".

A crônica em livro não é – como disse o mestre Tristão de Ataíde – "como um passarinho afogado". Na verdade ganha dimensão, transfigura-se, é lida com ótica divergente da jornalística. Como o palhaço que salta da arena do circo para o palco do teatro e vira humorista, essa mutação faz bem à crônica.

Quando a poesia perdeu o élan e o espaço que tinha nos periódicos os poetas, em nome de "um ambiente de finura e civilidade" (Afrânio Coutinho), se passaram com armas e bagagem para a crônica, inclusive como meio de sobrevivência financeira e intelectual.

Daí ao equívoco de achar "perfeitamente compreensível que os cronistas literários fossem igualmente poetas", foi um pulo. Um romancista pode escrever crônicas, também, mas o cronista inato achará dificuldade em fazer poesia ou romance. São mistérios da literatura: a crônica exige leveza, mas despreza a exata concisão poética, já que seu mister é um correr de água de rio manso.

Noutros dias também foi a crônica folhetim; o romance e a novela já foram crônica, quando publicados em capítulos diários nos jornais, como a moda dos séculos XVIII e XIX exigia; acabados os capítulos em si, tendo apenas um "gancho", para que a sequência se fizesse romance. E nessa moda de converter todo um romance em crônicas diárias – é história sabida – muito romancista dos quartéis passados bebeu o sucesso.

Croniqueiro ou cronista, pastiche ou folhetim, crônica brotou e cresceu sob atmosfera romântica, já foi xingada de “ menor, quiçá por estar destinada à circunstancialidade de produzir efeitos passageiros, mas o autor sempre foi possuidor de um passaporte carimbado para a liberdade de criar e a autoridade para remover uma caixa de guardados, ou antes, de perdidos” – como acertou o cronista Carlos Drummond de Andrade.

Já está escrito que o cronista é um "macio dizedor de verdades ásperas" (Carlos de Laet), cuja habilidade com a palavra "faz o leitor deglutir insensivelmente as suas idéias" (Afrânio Coutinho), tornando-o parte da intimidade que envolve a ambos (autor e leitor) numa atmosfera de coloquial cumplicidade.

Por bem ou por mal houve este preâmbulo o fim de apoiar-nos sobre o trabalho de dois cronistas que – tendo atingido o clímax e a invisibilidade necessários à profissão – nos brindam silenciosamente com a poesia da palavra, da frase, do texto, que abandonam os leitores ensimesmados em levíssimas meditações sobre o ato supremo de viver.

Não, não quero falar dos célebres que, desde José de Alencar e Machado de Assis – até Rubem Braga e Carlos Drummond de Andrade enobreceram a crônica. Falo exatamente dos croniqueiros que, de tão suaves e angélicos, somem-se, tal qual aparição paranormal, tão logo assentam o ponto final no texto.

Apícios fez da crônica alimentar um ato de amor tão pessoal, intransferível e imexível quanto seria o diário de adolescente da imperturbavelmente misteriosa Mme. K. Imaginem o quanto seria saborosa

uma feijoada preparada pelo glutão cronista: sublime, nefelibata, exelsa!

Não desdenhem jamais desses que fazem da crônica um ato de amor – já disse algures – fazer crônica é ótimo mister para quem sabe usar os temperos adequados: é assim que vejo Apícus, esse magnífico folhetinista de acepipes, esôfagos, azias.

Mel de caxiri, serenidade monástica, vôo de colibri – tantos são os ingredientes que ousam temperar uma crônica, que devem ter dom de nascença seus escritores. Por isso digo que Maria Lúcia Dahl nasceu cronista. Transitou por outros caminhos – verdade: e bem! – mas quando o repouso da guerreira exigiu repensar as pegadas foi na crônica que encontrou melhor expressão.

Predisposta a ser lida na imponderabilidade das aeronaves (terrestres e estelares); nas areias poluídas das praias; nos trens cheios e barulhentos da Central; nas praças habitadas por mendigos, aposentados, pombos e suas fezes; sob um sovaco ao natural de um passageiro de ônibus; nos troninhos dos banheiros de indefectíveis horrores; até mesmo – com a licença Nélson Rodrigues – sob a sepulcral lousa fria, a crônica da Lady Dahl é dessas que desmancham no ar.

Eis porque me rendo ao chavão: são crônicas que devem ser eternizadas em livro. Porque possuem a religiosidade necessária para tal – Apícus e Maria Lúcia Dahl – merecem essa expansão, para que possam, também, penetrar nas escolas e nas universidades, para que possam enfeitar as bibliotecas, para que possam ser degustadas com a liturgia que a “cepa nobre” merece. Se algumas já estão em livro, são poucas: quero mais.

EDUCAÇÃO - IDEOLOGIAS EM CONFRONTO

A expressão **demokratia** vem do grego e significa literalmente “poder do povo”. Poder como força, influência. Por extensão, a democracia é a forma de governo na qual o povo (entendido como o operariado, o gentio) exerce, direta ou indiretamente, a soberania e, por extensão, o poder. Não se pode (nem deve) confundir com qualquer dos **ismos**, que também vêm do grego: doutrina, escola, teoria, princípio (artístico, filosófico, religioso e... político).

Conquanto a democracia possa conviver só e/ou (mal) acompanhada, os **ismos** se transformam em ideologias independentes cujo objetivo principal é a ascensão ao poder em qualquer dos segmentos acima citados.

O socialismo visa basicamente à reforma radical das organizações sociais humanas (imaginando, como resultado, a supressão gradativa das classes sociais), à coletivização dos meios de produção, fazendo com que os sistemas de troca acabem por exterminar o comércio capitalista.

Os princípios comunistas, tirados principalmente das idéias de Marx, se regem por regras aparentemente socialistas, elevadas, porém, a um grau mais alto. No caso, a ideologia comunista prefere atacar a propriedade privada, eliminando-a nos meios de produção. Novamente aqui cabe a ideia de igualdade social, utopia cuja origem data da idade do homem como elemento social.

Ficou dito que a democracia pode conviver com tantos **ismos** quanto sejam existentes: e realmente pode. Para dar uma ideia, todos os regimes – totalitários ou não – se pretendem democratas. Em fins do Século XIX os

partidos socialistas germânicos e escandinavos criaram a social-democracia, na realidade um conjunto de idéias que acabou por ser mais um **ismo**, mais um elo na corrente humana em busca da realidade social justa e equânime. Foi quando o socialismo deixou de ser “*a doença infantil do comunismo*”, como pretendiam alguns teóricos marxistas.

Feitas essas colocações, convém determinar quais elementos ideológicos prevaleceram no sistema educacional dos países socialistas, comunistas e capitalistas, estes representando o mais liberalmente possível a **demokratia**.

Sem sombra de dúvida o toque mais característico da educação no sistema comunista é a estatização. Porém, a intervenção do Estado na educação não é coisa nova. Pelo contrario, data dos primórdios da civilização educacional, na Grécia (considerado o berço da educação ocidental) e, muito depois, em alguns estados romanos.

Desde o princípio também, a educação estava voltada para as necessidades do Estado: enquanto em Esparta o objetivo primordial era a formação militar, em Atenas o jovem aluno era preparado tanto para a paz quanto para a guerra, desenvolvendo simultaneamente o intelecto e o físico. Um conceito único de harmonia, defendido por grandes educadores da época, como Aristóteles e Platão - na Grécia - Sêneca e Quintiliano, em Roma.

Com o advento do cristianismo a educação sofreu visível retrocesso, porque continha como principal lastro elementos de moral e religião, contrários ao pensamento da época. A educação cristã acabava por ressaltar mais o cunho religioso como dogma, em detrimento dos conceitos

científicos.

A época feudal trouxe consigo a implantação da elitização no sistema educacional. Os filhos da nobreza reinante recebiam um tipo peculiar de ensino nos próprios feudos, enquanto que a população mais numerosa, constituída principalmente de artesãos e camponeses, recebia a educação voltada unicamente para a sua profissão.

Paulo Vergério (1349-1420), em plena Renascença, fez uma revolução no ensino, exigida pela abertura advinda com os grandes descobrimentos. Aí então o aluno teve novamente a educação voltada simultaneamente para o corpo e para a mente, surgindo assim nova luz no que foi “a grande noite da Idade-Média.”

No entanto, somente no Século XVIII começa realmente a nascer uma nova escola, capaz de estimular o aluno a pensar por si mesmo, de forma dinâmica. Coube a Jean-Jacques Rousseau (1712-1779) e a Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), os grandes nomes da época, legar aos séculos vindouros uma nova visão do ensino.

A partir do Século XIX o Estado voltaria a ser visto como responsável pela educação. Vários filósofos discutiram o sistema educacional da época: Johann Friedrich Herbart (1776-1841) demonstrou a importância da motivação do estudante na aprendizagem; Friedrich Froebel (1782-1852) criou os jardins de infância e introduziu o método dos jogos na educação infantil; Augusto Comte (1798-1857) fundou a educação positivista. E assim por diante...

A Revolução Russa de 1917 trouxe inúmeros problemas para os

comunistas que assumiram o poder. O principal dirigente da época, V. I. Lenine, que era um político arguto e observador sagaz da história, cedo percebeu que a consolidação do regime estava nas mãos dos jovens, com fundamento na educação.

Para ele ***“o comunismo consistia em que a juventude, os rapazes e as moças, digam a si mesmos: isso é missão nossa, nos uniremos e iremos a todos os lugares para liquidar o analfabetismo, para que nossa jovem geração não tenha analfabetos”***.

O problema da educação só era superado pela questão militar e era o mesmo Lenine que observava:

“Estamos absolutamente certos de que, se resolvermos em dois anos a difícil tarefa militar, resolveremos no transcurso de cinco a dez anos uma tarefa ainda mais difícil: a tarefa relacionada com o ensino, a cultura e a educação”.

O estado comunista soviético tomou para si a tarefa de educar seus cidadãos e essa tarefa começa cedo. Tendo perdido cerca de 24 milhões de habitantes na II Guerra Mundial – na grande maioria do sexo masculino – a URSS se viu na contingência de utilizar a população feminina em todos os setores – então a educação teria que ser dirigida para esses setores carentes.

Em “Cultura e Revolução Cultural”, V. I. Lenine busca direcionar o sentido a ser dado ao sistema educacional:

“O caráter de toda a nossa propaganda relativa ao ensino e à instrução escolar e extra-escolar, deve mudar, de modo que, sem que

sejam modificadas as bases mesmas e a orientação do ensino, se adapte ao caráter deste à passagem para a construção pacífica, com um vasto plano de transformação industrial e econômica do país”.

Nos países ditos socialistas, o caráter da educação tem muitas similaridades com o sistema comunista, porque em ambos nasceram praticamente juntos. Visto que estamos citando o “papa” do comunismo e um de seus fundadores (V. I. Lenine), apelamos para as suas palavras também, para indicar alguns parâmetros que serão utilizados pelos comunistas:

“O novo passo a um nível de cultura e de instrução técnica mais elevado é necessário para o êxito de toda a construção socialista. Esta tarefa prática, claramente vinculada com a elevação da cultura e da instrução, deve ser o ponto em torno do qual se concentre todo o caráter da propaganda e as atividades do Partido e do nosso ensino e nossa instrução”.

Na verdade o estado socialista se difere do comunista, com relação à educação principalmente, porque este se preocupa mais em *“modificar a estrutura social”*. G. Plekhanov, em *“A arte e a vida”*, combate o pensamento romântico de então – muito utilizado pelos países ocidentais – posto que estes ***“se mostravam hostis aos sistemas socialistas, proclamando a necessidade de reformas sociais, sem mudar em nada sua estrutura social – o que é, evidentemente, impossível”.***

O socialista se preocupa, portanto, em criar um sistema educacional de base, buscando formar o *“homem completo”*. Nos tempos modernos os exemplos socialistas vêm de Cuba e da França. Ernesto Che Guevara, um

dos construtores do socialismo cubano, na obra *El socialismo y el hombre en Cuba*, busca definir quais as aspirações do regime que adotara:

“Para construir el socialismo, simultáneamente con la base material hay que hacer el hombre nuevo. El hombre, en el socialismo, a pesar de su aparente estandarización, es más completo. Todavía es preciso acentuar su participación consciente, individual y colectiva en todos los mecanismos de dirección y de producción y ligarla a la idea de la necesidad de la educación técnica e ideológica, de manera que sienta como estos procesos son estrechamente interdependientes y sus avances son paralelos”.

Na França, onde a revolta estudantil de 1968 determinou novas perspectivas de ensino, o governo socialista de François Mitterrand tentou estatizar o ensino desde o jardim de infância, mas a reação, tanto do corpo docente quando do discente, foi tão arrasadora, que seus planos tiveram de ser revistos.

Uma coisa a ressaltar, no entanto, é que efetivamente a educação nos países socialistas se volta de maneira convincente para a prática esportiva e para a competição. Neste ponto a pequena ilha de Cuba obteve êxito considerável a ponto de se ver transformada na segunda potência desportiva nos jogos Pan-Americanos.

Nos países capitalistas há de ser ressaltada a importância fundamental exercida pela educação nos EUA, o mais positivo exemplo onde o ensino privado configura uma real conquista da educação. As universidades norte-americanas têm os melhores laboratórios de pesquisas de todo o ocidente, ao mesmo tempo em que os estudantes são frequentemente

campeões olímpicos.

Convêm reorganizar um pouco a estrutura educacional a partir do início do Século XX, quando então a educação se voltou em definitivo para a criança, posto que é nela que se baseia toda a formação adulta. Essa análise do desenvolvimento mental foi na verdade iniciada por Maria Montessori (1870-1952), mas foi igualmente Jean Piaget (1896-1980) quem a levou às últimas conseqüências, de forma tão meticulosa e brilhante quanto possível.

Nos EUA e na Europa foram desenvolvidos outros sistemas pedagógicos, como o método Dewey (de John Dewey, 1859-1952), que defende a educação pela ação. A Escola Summerhill na Inglaterra, fundada por Alexander Sutherland Neil (1883-1973), foi a responsável pela moderna concepção de que a criança é um ser livre, vivo, pensante, dando-lhe a possibilidade de apreender a sua liberdade e de orientar a sua própria escolha.

De certo modo todos esses sistemas foram exportados para os países ocidentais. A educação no Brasil, até bem pouco tempo, dormia um sono letárgico. Desde o descobrimento até a chegada de Dom João VI, nenhum sistema educacional importante havia prevalecido. Com a chegada deste, porém, foram criadas as mínimas condições para estímulo da educação: a primeira biblioteca pública foi inaugurada em 1810 e em 1816 foram criados os primeiros cursos de cirurgia, medicina, agricultura, química e desenho técnico, entre outros. Também nesse período foi inaugurada a Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios.

Esse sistema imperial de educação prevaleceu por muitos e muitos anos, apesar das tentativas de Couto Ferraz em 1854, e Leôncio Correia em

1879, para estabelecer de fato uma alteração considerável na educação, implantando o ensino livre no Brasil.

Com a chegada da República, a questão do ensino foi tratada com maior consideração na Constituição Brasileira. Aos Estados foi atribuída a responsabilidade de organizar os sistemas educacionais e tomar para si a tarefa de promover o ensino primário e o secundário. São Paulo partiu na frente promulgando em 1892 uma lei organizando o ensino público e em várias cidades surgiram novas faculdades.

Nelson Werneck Sodré, em *Fundamentos de Estética Marxista*, observa bem as particularidades em nosso país:

“O que é fato, segundo se pôde verificar, sem muito trabalho ou dificuldade, é que as exigências brasileiras, em termos de cultura – crescentes apesar de tudo – esbarram em obstáculos muito grandes. Um deles é o acesso às fontes de conhecimentos”.

Mais recentemente o Jornal do Brasil publicou documento subscrito por professores universitários, com vistas ao regime instituído pela “Nova República”. Nesse estudo é observado que:

“Entre as instituições da sociedade sobre as quais o ciclo autoritário imprimiu uma das suas marcas mais profundas e deformantes, está incontestavelmente a Universidade. Pela própria natureza da instituição universitária, a sociedade nela elabora suas razões de ser e de agir, na forma do saber codificado metodologicamente da ciência, a desdobrar-se nas técnicas”.

Não obstante o estudo limitar-se a promover a análise da educação no regime autoritário que deixa o poder e suas perspectivas para um regime menos autoritário, mais liberal, o confronto entre correntes ideológicas aparece claramente:

“Ela (a Universidade) só pode ser regida por uma razão organizadora - uma idéia da universidade, segundo a expressão consagrada - capaz de unificar as necessidades e objetivos da sociedade que a institui e as exigências específicas de elaboração e transmissão dos saberes e técnicas que nela se produzem. A Universidade é, pois, uma instituição sui generis...”

Apesar de tudo, o estudo reconhece que ***“não cabe atribuir tal resultado a uma intencionalidade invariavelmente malsã de parte dos que geriram a educação nacional nos últimos 20 anos, mas não se pode deixar de apontar a decisiva responsabilidade pelo amesquinamento da Universidade brasileira que recai sobre os seus ombros”***.

Por fim, a análise não encerra com qualquer anistia de responsabilidades:

“Desnecessário lembrar as tentativas de dobrá-la e acuá-la que corresponde à face mais negra e mais diretamente política do autoritarismo, quando se cassava a cidadania universitária de professores e estudantes por motivos ideológicos ou ao sabor de meras intrigas.”

Com o advento do autoritarismo sobe ao poder também a tecnocracia. Isso é invariável: um não convive sem o outro. A morte de instituições de vida livre, independente, torna-se então inevitável:

“O Ministério da Educação e Cultura é reduzido à participante secundário de um jogo armado pela tecnocracia, onde desempenha o papel de personagem sem voz e peso reais”.

Aqui cabe uma reflexão sobre a interdependência da educação, debaixo de quaisquer regimes, e a sua liberdade intrínseca. O estudo ora citado resulta num objetivo educacional mais amplo: recriar a Universidade, justamente com aquele espírito de universalidade que lhe é peculiar. E conclui:

“A causa da Universidade pública no Brasil está indissociavelmente vinculada ao destino sempre incerto da liberdade. Sem nutrir ilusões e sem subestimar as imensas dificuldades do futuro, temos a esperança na nova fase da vida nacional que ora se inaugura”.

Tomar por base essas conclusões, clamar pela desburocratização, chamar para a Universidade todas as responsabilidades que lhe são inerentes, para evitar que a escola favoreça “a ignorância e não a cultura”, que “nivele por baixo ao invés de estimular a inteligência”, que “forme mentalidades estreitas e degrade a língua”, como acusa a professora francesa Jacqueline de Romilly em seu inventário crítico publicado sob o título “L'Enseignement en Detresse”, fruto de suas experiências no College de France.

Nessas condições dificilmente se poderá extrair uma conclusão de caráter definitivo. A última palavra sempre ficará com a liberdade e com sua utopia chamada **demokratia**, pois “a Democracia é permanente educação”, para repetir a frase do escritor Guilherme Figueiredo, recém-nomeado Reitor da Uni-Rio, em entrevista a “O Globo” de 26/03/1985.

Pode-se, porém, tentar realizar conclusões ou tentativas conclusivas. Senão, vejamos:

1) Nos países Comunistas a educação, totalmente estatizada, não conseguiu, apesar de tudo, formar um **novο homem**, voltado para as aspirações ideológicas do Estado e do Partido. Os dissidentes são exemplo inequívoco de que a mente do homem ainda não foi dominada, nem pode ser mantida sob cárcere. Por outro lado, a idéia da educação universal é realizada a partir da criação da Universidade Patrice Lumumba, na URSS. Ali professores e estudantes de todas as partes do mundo se unem num esforço mágico para tornar o ensino universal uma realidade.

2) Nos países de constituição Socialista – tão pouco definidos em termos de regime, alguns frágeis, outros com dirigentes alternativos e provisórios – as conquistas mais convincentes são na relação mente/corpo (*Mens sana in corpore sano*), porque ambos são desenvolvidos simultaneamente, em harmonia. Ocorre que, na área esportiva, em não havendo profissionalismo, todos têm que ter outra profissão técnica.

3) Nos países capitalistas, aqui representando bravamente a **demokratia**, a educação se volta para as áreas científicas e a criança tem um tratamento muito especial existindo, inclusive, escolas especializadas em mini-gênios. A oferta de melhor remuneração no setor atrai grande parte da inteligência para os países desenvolvidos, prejudicando sensivelmente os subdesenvolvidos. No Ocidente as Universidades são o grande foco de ensino e sua manipulação está dividida entre o Estado e a iniciativa privada. Estudo feito pela Ohio State University, em 1984, mostra que os alunos das escolas públicas estão no mesmo nível das particulares, algumas vezes

melhor até!

Encerramos a discussão deixando abertas várias portas... No entanto, nada melhor que a palavra do mestre Guilherme Figueiredo para manter as esperanças de que também as utopias se realizam:

“Ensinar é para quem não quer ganhar dinheiro. A escola deve tentar ser melhor que o lar. O homem é um animal programado para um impulso ao saber. Ensinar é proporcionar ao cidadão o seu próprio índice de consulta. Ensinar é ensinar a aprender”.

(26.3.1985)

ENTENDENDO ERNESTO BONO

Ernesto Bono é psiquiatra. Não obstante, essa condição delimitadora de fronteiras, não foi suficiente para breçar o ímpeto de curiosidade sobre todas as coisas. A primeira interferência veio da Bíblia, o livro sagrado do Ocidente, que é antes de tudo um livro sobre a sabedoria e a história. Ao tratar com a figura imaculada de Cristo, conforme é narrada pelos apóstolos e pseudo-apóstolos, Ernesto Bono logo percebeu que era tema cabalístico. Para deslindar o emaranhado labiríntico que se formou entre a ordenação e a publicação da Bíblia – particularmente o Segundo Testamento – tinha mesmo que afundar o miolo, reordenar a casa. Só assim os Evangelhos seriam mais claramente entendidos. Assim nasceu o livro *“Cristo, esse desconhecido”*.

– Bono, o que você entende como o legado de Cristo?

– Todos nós nos considerarmos cristãos e acharmos que estar filiados a seitas e religiões cristãs organizadas. Essa condição, porém, não basta. Reconheçamos que são raros os que compreenderam a mensagem, do Mestre da Galiléia. Mais raros ainda são aqueles que, tendo em mãos o texto evangélico original, conseguissem entender a mensagem primitiva de Jesus e separá-la das falsificações e mistificações acrescentadas posteriormente por escribas e redatores, nos séculos I ao IV. Foram 400 anos de interferência no texto bíblico, nos quais os interesses da época e da igreja em transformação prevaleceram diante da verdadeira palavra de Cristo.

– Pertencer a uma igreja é conhecer Cristo?

– Muitos se dizem cristãos, uns católicos, outros protestantes, outros

ainda espíritas, espiritualistas, esotéricos, teosóficos, maçons, universalistas e mais de uma centena de novas seitas. Mas, dentre esses, foram poucos os que leram atenta e completamente o Novo Testamento, que contém os livros básicos do Cristianismo. É nessa coleção que se encerram as únicas informações diretas sobre Jesus de Nazaré, depois chamado Cristo. A importância do Novo Testamento é tão grande que se pode dizer, sem medo de errar, que é a razão de ser, de atuar e viver da nossa civilização.

– Mas tem aqueles que se negam a reconhecer em Cristo um filho de Deus...

– São muitos os que negam a existência de Jesus e são muitos os que se agarram ao texto bíblico ao pé da letra também. Por isso, não passou despercebido a alguns historiadores bem informados, que os escribas (fazedores do Novo Testamento), atendendo os interesses de indivíduos ambiciosos, de uma **igreja** em formação, ficaram por séculos adaptando, alterando, invertendo, malversando em suma, os livros hoje chamados “Evangelhos” e “Epístolas”.

– Mesmo assim, o que sobrou tem muito poder de invenção e convencimento...

– O que restou desse trabalho de remontagem e adaptação, é quase impossível distinguir o que Cristo proferiu e ensinou, **de fato**, ou aquilo que Paulo escreveu realmente. Já o escritor e filósofo romano Celso, do segundo século dC (amaldiçoado pela igreja primitiva), denunciava aquilo que foi acrescentado ou destorcido e as deturpadoras manobras editoriais dos maus cristãos. E como tudo isso não bastasse, a ordem literária original do ensinamento de Jesus, ou seja, a verdadeira ordem dos versículos, foi toda

ela alterada, como se constata com um pouco de atenção e perspicácia, da parte doutrinária do Evangelho de João. Foi essa obra que sofreu o maior volume de interferências: expurgos, alterações, acréscimos, mudanças na ordem dos versículos. A primeira epístola, atribuída a João, ***Carta de João aos condiscípulos***, por exemplo, é na verdade constituída de partes do Quarto Evangelho. Foram retiradas das palavras de Cristo e transferidas para o suposto João, o Evangelista, tido como autor da primeira epístola.

– Quer dizer que mexeram e remexeram em tudo?

– O mesmo sucedeu com inúmeras passagens evangélicas de Jesus, transferidas para as epístolas de Paulo de Tarso e do discípulo Tiago, somente porque os redatores dos evangelhos acharam que não convinha que saíssem da boca de Jesus, porque contrariava futuras pretensões teológicas. Depois de pesquisas detalhadas já se sabe que existiam várias coleções contendo a palavra de Jesus, que eram reproduzidas copiosamente, divulgadas e distribuídas, antes que os escribas comessem a deturpar os textos. A mais conhecida delas é a coleção que contém os aforismos, preceitos, ensinamentos, parábolas e a descrição de alguns milagres, em suma, a missão pública do Mestre e que constituía o aspecto exotérico de sua doutrina.

– Então, havia a doutrina para doutrinadores e a doutrina para o gentio?

– É bem provável que foi desta primeira coletânea de escritos que se originaram os Evangelhos atribuídos a Marcos, Mateus e Lucas, assim como as passagens sinópticas do IV Evangelho atribuído a João. Alguns estudiosos acreditam que foi desse conjunto de obras exotéricas que tenha surgido o mais

antigo e histórico dos evangelhos, ou seja, aquele atribuído a Marcos, que muito diferia deste que hoje é divulgado e que leva o mesmo nome. Ainda dessa primeira coleção é também o ***Evangelho aos Hebreus***, hoje desaparecido, obra que na antiguidade pré-teológica cristã, era considerada apócrifa. Antes de dar sumiço a esse texto de Jesus, dele forjou-se, em parte, o Evangelho de Mateus. Finalmente, dessa primeira coleção exotérica teria surgido ainda o famoso “Documento Q”, que em suas origens continha apenas os preceitos morais que Jesus difundiu.

– Quanto do exotérico e do esotérico se fundiu e refundiu?

– Muita coisa. A outra coletânea ou segunda coleção, que nós chamamos esotérica, teria sido escrita por um discípulo desconhecido (talvez mais de um, como Nicodemos e José de Arimatéia, por exemplo), de grande sabedoria e espiritualidade. O contato direto desse discípulo com o próprio Cristo é certo, porque só alguém de grande vivência e alto saber espiritual poderia ter anotado, escrito e entendido tão claramente os ensinamentos que Jesus proferiu. Nesta segunda coletânea continha a Doutrina propriamente dita, ou o aspecto esotérico do Cristianismo, de onde se originaram o Evangelho atribuído a João (parte doutrinária), passagens e discursos de Jesus, não existentes nos Evangelhos atuais, mas (menos mal), sobreviveram e foram transferidos para as epístolas de Paulo, Tiago e João.

– Então se entende que o trabalho para o gentio era através de cartas...

– Exato. Foi dessa segunda coleção que se originou o texto da primeira Epístola de João, que fazia parte do primitivo IV Evangelho. Esta primeira epístola (malgrado a aparência e adaptações para que pareça uma carta de João aos condiscípulos), é constituída por passagens e discursos

fragmentados de Jesus de Nazaré aos judeus e aos próprios discípulos. Mesmo que os biblicistas ortodoxos extremados se escandalizem, é preciso que se chame a atenção que, embora o Cristo se prove a si mesmo através do que diz e não do que os outros dizem, a maioria dos pretensos evangelistas provavelmente nunca existiram, nem mesmo como escritores de livros.

– Formou-se um batalhão para divulgar a palavra de Jesus ao povo...

Assim é que Mateus, Marcos, Lucas e João, no papel de Evangelistas, foram **inventados** posteriormente, para satisfazer exigências históricas e teológicas da igreja primitiva. Os exegetas bíblicos, infelizmente, quando negam a existência de Mateus, Marcos, Lucas e João, negam concomitantemente a existência histórica de Jesus, o principal personagem apontado por esses autores. Esses historiadores sabem que Mateus, Marcos, Lucas e João, independente se tenham ou não existido, nunca escreveram qualquer evangelho.

– No caso, negar a existência não significa negar a palavra?

– Mas, ao invés de negarem a Jesus, deveriam desconfiar que os escribas ou **fazedores** de Evangelhos, mormente os que apareceram após Marcião, o herético. Eles inventaram os evangelistas e valeram desses nomes para encobrir seus propósitos: forjar uma doutrina que satisfizesse as exigências dialéticas de uma fonte religiosa em formação. Ainda que, para alcançar esse objetivo, traíssem a mensagem de um sábio de verdade, um Iluminado, um intermediário e autêntico porta-voz do Absoluto.

– Ainda hoje também é possível se distinguir o gentio dos sábios?

– Os iniciados assim o fazem. E enriquecem com isso. A palavra autêntica de Jesus, apesar das dificuldades, pôde ser separada de toda aquela confusão teológica quase impossível de decifrar. Muitos descrentes (com muita razão) irão perguntar: Mas de quê forma isso foi possível? Acreditamos que, após uma leitura atenta e uma apreciação sincera do presente texto, tal pergunta não teria cabimento. De qualquer forma, fora certos recursos intuitivos de um lado, espirituais, racionais e intelectuais do outro, o próprio Cristo deixou-nos a chave para solucionar esse dilema: ***“O homem bom tira boas coisas do seu bom tesouro, de sua mente pura e simples; mas o homem mau, do mau tesouro de seu coração só tira coisas más”.***

– Na maioria das vezes, Jesus se explica por si mesmo, por sua palavra, não é assim?

– Claro! Basta repetir a palavra de Jesus para entendê-lo. Ele disse: ***“Não pode a árvore boa dar maus frutos, nem a árvore má dar bons frutos”.*** Assim que, se Cristo é realmente a árvore boa, como de fato o é, não podia Ele próprio ter proferido uma série de contrasensos, fanatismos, pieguices e intolerâncias, que os editores primitivos e obtusos puseram em sua boca. Qualquer um que se der ao trabalho encontrará nos evangelhos canônicos que até nós chegaram como um teorema matemático, que só os capacitados compreenderão a Verdade – a mais pura Verdade!

Com essas palavras Ernesto Bono explicou como, após vários anos de estudo dos textos sagrados, de exaustiva pesquisa do misticismo universal, de profundo estudo das religiões comparadas e do cristianismo antigo, pôde, enfim, alcançar o discernimento que permitiu separar o **trigo** (a doutrina original de Cristo) do **joio** (as adulterações posteriores).

EXTERMÍNIO SILENCIOSO

(A imolação incontrolável dos índios brasileiros)

O índio brasileiro está morrendo. Os mais renomados indigenistas, que defendem, contra todos os argumentos, o direito inalienável do silvícola, também são vencidos na luta contra o tempo.

Morreu Noel Nutels, os Villas-Boas só com muito sacrifício continuam na luta e já anunciaram a aposentadoria, os Meireles (pai e filho) – assim como outros indigenistas – são barrados pelo entrave burocrático de uma legislação estratificada que jamais sai do papel.

Todos os massacres, todas as perseguições, violações e assassinios de que são vítimas os índios – violentamente denunciados de fora para dentro – estão hoje bem visíveis. O desbravamento, o bandeirantismo, a conquista das terras índias, tudo se faz em nome do progresso. A perseguição, a violência, o assassinato, o extermínio dos povos indígenas, tudo se faz com o poder do progresso.

Não é mais o seringueiro nem o garimpeiro, os aventureiros em busca do Eldorado, são os veículos da morte: seus representantes modernos usam armas modernas, vêm em grupos numerosos, com maquinário ultramoderno... E com uma invencível legislação a ampará-los.

Quando não trazem a morte diretamente, servem-se da “pacificação” para subjugar o povo índio numa reserva exótica, que será, por sua vez, a prisão e o túmulo dos “recém-civilizados”.

Intelectuais, sociólogos, humanistas, antropólogos e, principalmente,

indigenistas, vêem a morte dos povos índios como uma ocorrência que atravessa todas as épocas no rumo ao extermínio inevitável.

Não se trata, portanto, do assassinio cru e violento o único elo da questão: o extermínio também vem através da morte cultural, da escravocracia, do isolamento, todo o subjugo físico-econômico, a exploração individual, a limitação das reservas e a pretensa obrigatoriedade do indígena em adotar os nossos costumes e nossa sociedade. Anda, assim, lado a lado com o progresso (do modo que os dominadores entendem o progresso), tornando inevitável – é trágico se dizer – desaparecimento definitivo dos povos índios como etnia.

O que se pode e deve fazer é preservar ao máximo a sua cultura, respeitar seriamente seus costumes, defender sem interesse o primitivismo de uma ancestralidade ingênua e pura.

Em agosto de 1972 foi realizado em Brasília o VII Congresso Indigenista Interamericano. Interessada em se defender das inúmeras acusações provenientes do exterior, a delegação brasileira manteve uma árdua e contínua defesa. As delegações estrangeiras repetiram verbalmente as acusações e citaram a oligarquia e o colonialismo interno de causadores diretos do problema índio, num plano global.

Os funcionários da FUNAI que assistiam ao Congresso (mas não faziam parte da delegação brasileira), foram logo advertidos de que não poderiam fazer qualquer declaração. Francisco Meireles, antes do cala-a-boca, previu a necessidade do problema índio ser melhor abordado, pois **“o índio vem sendo objeto de promoção da nossa civilização. Objetivamente – concluiu – nada se fez por ele”**. O Congresso foi encerrado

singelamente sem qualquer anúncio que ao menos se promettesse melhoras na situação atual do silvícola.

Fazendo-se uma retrospectiva dos sistemas utilizados na “pacificação” dos povos índios, se pode ver como nem todos seguem o mesmo padrão de comportamento diante de um ser que subitamente se choca com a civilização e o progresso. Mesmo as ações missionárias da época da colonização – primeiro resquício civilizatório a fazer contato com os nativos – são condenadas.

Tanto para o historiador como para o indianista, toda ação mal coordenada (propositadamente ou não) deteriora para sempre esse relacionamento. Alguns historiadores são favoráveis à tese de que um primeiro encontro mal sucedido, inclusive aqueles das missões religiosas de "preparação", colabora para a futura extinção de um povo.

O indianista luta para preservar todo um sistema cultural em sua primitiva amplitude, não obstante saber que a pacificação está sujeita a atos inescrupulosos. Limitando o indígena a uma reserva, submetendo sua liberdade pessoal a leis estranhas, quando não condiciona o silvícola a usos, costumes e vícios que não são inerentes à sua natureza, o sujeita a adquirir moléstias "brancas" e morrer.

Donde se deduz que, mesmo utilizando métodos de atração pacífica e engajamento numa reserva especial, ninguém pode, de sã consciência, afirmar que não está promovendo ou colaborando para o extermínio. O índio terminará melancolicamente seus dias, submetendo-se aos caprichos de uma burocracia e de uma política que evidentemente nada compreende de sua vida, seus costumes. Dos males o menor, mas que tristes dias terão?

O sistema de reservas fracassou nos EUA e toda legislação destinada a amparar o silvícola e ajustá-lo à sociedade (como se isso fosse possível!) não passou da superficialidade: foi apenas uma prestação de contas à sociedade. Em fins de fevereiro os índios da reserva de Joelho Partido, nos EUA, se revoltaram e ocuparam, pela violência, toda uma cidade. Negociam com as autoridades, mas é fácil se prever quem será o derrotado...

As reservas indígenas em geral sofrem um contínuo retrocesso e se transformam numa via de extinção. O índio de reserva, devido à mudança brusca do ritmo de vida recém-adotado, prolifera pouco. Está sujeito a doenças contra as quais não tem defesa natural. A população regride de atacada de males venéreos, resfriados comuns, um vírus qualquer adquirido ao homem branco.

O Parque Nacional de Monte Pascoal, na Bahia, é o palco de contundente exemplo de extermínio. Seus ocupantes são os Pataxós, que foram “pacificados” pelo Marechal Rondon e hoje são apenas um arremedo do povo de raça pura que um dia foi. Faz muito que perderam a cultura primitiva, esqueceram as lendas da tribo, a própria língua nativa (maxakali) não é mais falada, foi substituída pelo português. De toda sua população, só uma meia-dúzia pode ser considerada pura, o resto – por necessidade, fome ou vício – se perdeu no caminho da mestiçagem.

A heróica luta da tribo pela sobrevivência remonta a 1951 quando foram parcialmente aniquilados por soldados governamentais, em represália a uma revolta dos Pataxós, que culminou com a invasão de uma fazenda perto da reserva: queriam mais terras para seu povo. E da Bahia (vieram de Minas Gerais) os Pataxós já foram transferidos para outro Parque,

provavelmente em terras áridas, inabitáveis, difíceis de cultivar. Os Pataxós seguem honradamente o destino dos povos em extinção.

Os indígenas moradores das pequenas reservas de São Paulo, foram absorvidos pela vida dos brancos, estão também em virtual processo de extermínio. A não adaptação, a falta dos recursos próprios, o abandono oficial, provocaram a deterioração moral e física dos grupos. Prostituição, alcoolismo, pequenos furtos, são alguns dos vícios tomados aos brancos, na difícil busca da sobrevivência. É o fim sem subterfúgios, sem dias de glória...

Importante marca do extermínio silencioso a que estão submetidos os índios brasileiros são os números populacionais que continuam decrescendo a cada senso. Seja por matança, por epidemia, pelas fugas para além fronteira ou por escravismo mesmo, o índio vai desaparecendo da nossa vista.

Nos tempos de Rondon, época glorificada por muito dos que hoje se calam, a população indígena brasileira, conhecida, ultrapassava os 300.000 índios. Hoje essa população não chega a 50.000. A crua realidade não usa máscara.

Mostrar ao Mundo uma reserva limpa e bonita (mas que continua em decadência, apesar do esforço dos indianistas), não prova que o índio esteja imune às causas exterminadoras: seu povo prossegue na inexorável viagem rumo à extinção.

Orlando Villas-Boas, indigenista respeitado em todo o mundo, um dos realizadores do Parque do Xingu, constantemente se queixa do “esfacelamento do Parque, reduzido anualmente em suas verbas e meios de assistência (...) e fisicamente também: em 1971 o Parque do Xingu perdeu

quase um terço de sua área para dar passagem à rodovia BR-80”. (entrevista a Veja de 8/11/1972)

Mais uma vez os fatos derrubam os argumentos e caracteriza o justo emprego da expressão “extermínio generalizado”, como uma das causas do desaparecimento de povos indígenas. Essas ocorrências seguem uma linha paralela à matança inconsciente (e consciente), porque constitui a sistemática dos fatos que significam virtualmente o extermínio das nações índias, como política.

Corroborando a posição acima, o próprio Villas-Boas chegou à lúcida conclusão que “ainda não estamos suficientemente preparados para integrar o índio à nossa civilização. Integrá-los agora é o mesmo que orientar um processo de destruição”.

Partindo de quem parte, as palavras são uma pá de terra nas pretensões de levar a bom termo as relações entre o índio e o civilizado (progresso).

Com a perda da elite de sertanistas que possuímos, a luta se tornará cada vez mais difícil. Ante a crueza de que o triste destino dos povos índios é desaparecer e da nossa impossibilidade de modificar algo em seu benefício, só resta lutar sem medir esforços em defesa dessa gente. Ver como Orlando Villas-Boas: “em cada povo uma cultura, um tesouro a ser defendido e preservado”.

(07/03/1973)

FICÇÃO CIENTÍFICA

A idéia inicial é que a ficção científica – como regra geral – tenha obrigatoriamente que estar colocada num espaço futuro longínquo. Depois vêm as imagens acadêmicas para ensinar que o gênero é puramente ficção, projetada num mundo incomensurável, invisível, improvável, portanto.

No entanto a ficção científica, como literatura, é muitas vezes a projeção do Hoje, que não pode, por diversas limitações morais, estéticas e políticas, ser apresentado sem a devida maquiagem.

Assim é que às vezes obras de Júlio Verne, George Orwell e H. G. Wells, até chegar aos contemporâneos Arthur C. Clarke, Ray Bradbury, Isaac Asimov, apresentavam uma projeção do Hoje, fantasiado e inserido em contextos diferentes dos estabelecidos, apenas para superar uma censura localizada talvez em nossa própria mentalidade, que jamais crê – ou se recusa a crer – que certas coisas aconteçam impunemente diante de seu nariz.

Ou mesmo para fugir da censura, oficial ou oficiosa, que restringe hoje qualquer tipo de literatura mais realista (sem o sentido acadêmico), que quase sempre "*figura o mundo de maneira pessimista, apocalíptica*" (Álvaro Carneiro Bastos).

Generalizando, se poderia dizer que também a literatura de ficção científica apresenta "o mundo futuro como caótico", transpondo para outro tempo as dificuldades, dramas, horrores do cotidiano, invisíveis para a maioria dos seres comuns. Aí encontramos o fio da meada e convém não abandoná-lo.

Não obstante a maioria das obras de ficção científica ter seu espaço-tempo fixado num futuro distante, sua real localização não se limita a essas fronteiras. Pelo contrário, a ação pode se desenvolver indistintamente nos três tempos: ontem, hoje, amanhã... Ou mesmo em nenhum, bem a feição do gênero (dispensa simbologia a frase "difícil crer que tenha acontecido").

Para reconstituir a Atlântida e relatar os estranhos acontecimentos ocorridos com várias civilizações fantásticas, há mais de dez mil anos atrás, Alexandre Braghine (*O Enigma da Atlântida*) e Helena Blavatsky (*La Doctrina Secreta-Vol III*) certamente tiveram de recorrer à ficção científica.

Em "A última cela do Dr. Ordoñez" (*Antologia de Ficção Científica nº 3*), Victor Gíudice dá um exemplo claro de ficção científica hoje, e são demais os temas que cuidam de alocar as ações num futuro remoto. Equivale dizer que o gênero não é somente ficção, é igualmente anti-ficção e não se prende ao espaço-tempo: pode reinventar o passado, o presente e o futuro, como pode ser atemporal. Mas quais os limites da proximidade com o real? Até quando a mente condicionada pode realmente criar a ficção científica?

Neste ponto se fixa a semelhança entre todas as ficções, pois que na ficção científica observa-se, em todos os exemplos, a presença marcante do Caos, numa proximidade estranhamente umbilical. Por que a visão caótica do passado, do presente e do futuro da humanidade é tão importante na ficção científica?

A utilização da ficção em qualquer trabalho requer uma poderosa força criativa, numa profundidade que não admite benevolências. Sem meias palavras, foram as forças do Mal que destruíram as cidades de socialismo utópico desenvolvidas há milhares de anos. As descobertas científicas nos

apresentam diariamente novos monstros ameaçadores, destrutivos, mortíferos.

As perspectivas para esses homens criadores, não são nada boas e os exemplos diários de uma Humanidade destruidora, inimiga de si própria, ocupa-se de projetá-los ao futuro e imaginá-los no passado. Seja prevendo a destruição por forças alquímicas, seja antevendo a superação do homem pela máquina, sua mais recente criação, o inventor de ficção científica só encontra obstáculos a superar.

Aos apologistas do fato de que a ficção científica traz subsídios consistentes às invenções modernas, convém assegurar que o gênero apenas previu que a corrida desenfreada rumo à máquina e à tecnologia faria do homem um novo escravo.

A própria Bíblia, em diversas interpretações, ficção científica ou não, traz inúmeros exemplos onde a tecnologia já superava os sentimentos humanos para destruir nossa civilização e seus elementos.

Diante de todo esse quadro pessimista os autores de ficção científica só podem antever um futuro caótico, calcado apenas na visão do Hoje. O futuro é o Hoje multiplicado a si mesmo quantas vezes forem necessárias.

A ficção científica é a mãe de todas as criações, ainda que seja para desvendar o passado irreconhecível, para descrever a vida atual (que nem todos vêem) ou para configurar o futuro, mesmo caoticamente. A metamorfose é inevitável: o grão de areia de hoje é a montanha de amanhã.

IMPrensa ALTERNATIVA

I - JORNAIS, FOLHETOS, FOLHETINS

Os levantamentos feitos até hoje sobre a poesia alternativa fixam-se, geralmente, nos sistemas de publicações individuais, edições e impressões independentes, sua divulgação, deixando de lado quase sempre a parte mais importante da marginália, que é a mostra coletiva, seja através de coletâneas ou antologias, seja – neste caso – por meio da edição de jornalecos mimeografados em grande maioria, distribuídos/vendidos de mão em mão ou via postal, através de assinaturas de pequeno custo.

Se alguns nomes de poetas conhecidos devem a "fama" por tornarem-se alternativos e por buscar meios próprios de editar/divulgar seus trabalhos, sumamente importante também é a edição desses jornais e revistas de poesia, já que, não só divulgam a poesia inédita como também anunciam o lançamento dos livros independentes, promovem a sua venda, alimentam o contato entre os grupos poéticos e das publicações similares que se espalham por todo o Brasil.

Quem não consegue editar seu próprio jornalzinho, ou se torna emérito colaborador dos que correm o país ou busca editar seus trabalhos de forma xerocada/mimeografada, bolando um visual que permita editá-lo em bloco e que acaba muito assemelhado aos panfletos periódicos.

Ao falar em periodicidade é bom lembrar que tais publicações mantêm-se absolutamente imprevisíveis nesse ponto, de tal maneira que essa irregularidade acaba por se transformar numa de suas características.

Constatamos também poetas/editores que a cada dois ou três meses lançam novos jornais, provocando uma autogênese/autofagia constante explicável somente pela ânsia de divulgar seus trabalhos comunitariamente com os demais colegas.

Esse moto-contínuo é também característico da espécie, como a anunciar em berros: durou muito, não é alternativo!

II - POETAS, POETISAS, POETAÇOS

Todas as análises e ensaios publicados sobre a poesia marginal e/ou alternativa mostraram-se sumamente limitados, repetitivos, girando em círculo, que – hoje se vê – resultaram um tanto falsos e, até, repelentes. Não estabeleciam parâmetros históricos, embora fosse visível essa pretensão, ainda mais porque esses parâmetros simplesmente não existem. O que parece é que esses estudos eram uma tentativa (bem sucedida, aliás) de desmarginalizar o poeta alternativo, atraí-lo com um canto de sereia para incorporar o seu trabalho a um esquema tradicional, comum aos autores que seguiram uma trajetória pré-determinada, igual a que todos aqueles que pretendem ingressar no fechado mundo da "intelectualidade brasileira" cumprem e que, enfim, os credenciaria a aspirar ao cimo de tudo: a A.B.L.

Fracassaram.

Alguns poucos – é verdade – foram mordidos pela mosca azul do sucesso fácil e bandearam orgulhosos, apadrinhados por poetas de nome. Logo sumiram nas gavetas dos editores e/ou gravadoras, iludidos por promessas, à espera de que surja uma nova brecha para mostrar seus trabalhos, novamente inéditos. A "casa paterna", na entanto, continua de

portas abertas...

A poesia alternativa nasceu e permanece tão diversificada e abrangente que dificilmente se pode fixar fronteiras, o que obriga o pesquisador a promover verdadeiras “caças às bruxas” como se necessitasse de alguns bois-de-piranha para atravessar o rio misterioso do desconhecimento. E continua misteriosa, caótica, apesar de toda espécie de ordem que pretendem impor. Tentativas ninguém pode impedi-las, porém nada de “últimas palavras” e “definições” sobre o assunto.

Para lançar seu produto na praça, o poeta alternativo/marginal etc. e tal, encontrou vários meios, frequentou os extremos da introversão e da extroversão, percorreu o espaço entre o grito cantado nas ruas sobre caixotes e escadarias, entre o canto de pé no chão e a distribuição entre grupos quase fechados entre si, de Mao em mão, via postal e outras vias.

O que nascia era uma poesia completamente descomprometida, filha de todas as exceções, neta ou bisneta de uma época cruciante que humilhou e sufocou toda uma geração, tetraneta ou herdeira consanguínea da (ir) reconhecida geração “pós-guerra”, filha do Vietnam, prima de Biafra, Israel, África do Sul, irmã de todas as Ugandas da terra, varando e vivenciando o pesadelo da guerra atômica, mais devassador que a própria guerra, vendo Afeganistão, sentindo a Nicarágua bem próxima, desaguando na longa noite da história brasileira, levando alfinetadas e choques elétricos do Cone Sul, até morrer, finalmente morrer na praia seca e desértica do nordeste, onde – graças ao bom Deus – se morre também de fome, em pleno Século XX!

Por explosiva, dinâmica, expansiva, chocante, subversiva, de início ganhou o que merecia: muita porrada. Cheirou gás lacrimogêneo como

qualquer cidadão comum, atravessou de peito aberto a marginalidade, encarou a censura, a polícia, as TFFs da vida e da morte, para poder gozar do reconhecimento de poucos, mesmo com o sacrifício de alguns de seus filhos mais diletos (que ascenderam à condição de poetas nacionais, prefaciados, como se disse, pelos que transitaram o caminho sem pedras), estufaram os peitos orgulhosamente e abandonaram a vadiagem que lhes deu fama, esta poesia: alternativa, de salão, marginal, autofágica, de porrada!

Os que consideram esta poesia não o/um meio, mas o fim absoluto e único, aqueles para os quais nada resta senão o pó, no qual tudo é consumido desesperadamente (na verdade o próprio começo/meio/fim) nela permanecem porque é sua vida, e o tempo que passa não lhes fere o orgulho nem os transforma em ultrapassados, nela permanecem incólumes que nem estátua de praça (mesmo cagada pelos pombos), poetas de beira-de-estrada, de balcão, de rua, de caixote, de escadaria.

Das várias camadas sociais os poetas alternativos de igualam, irmanados, e de onde surgem dão o recado, aparecem e desaparecem, são os zumbis permanentes da poesia brasileira.

É dessa manifestação incontrolável (e inqualificável) que surgem os muitos jornalecos de poesia, que infestam o país corrompendo de imediato tudo aquilo que se conhece como padrão jornalístico, desde a produção até a divulgação.

Pode ser um jornal que só publica poesia ou que englobe todas as coisas afins, uma ponte do nada para alguma coisa e vice-versa, pois, como a própria, surge não se sabe de onde nem como, nem diz para aonde vai. Uma pequena amostragem desse mundo no qual estamos imersos vai neste

retrato 3x4 a seguir.

III - CARTA GERAL, MANDACARU, IMBU

De "Carta Geral", editado em Manaus (AM), até o "Rebu", de João Monlevade (MG), existem uma série de publicações alternativas que abrangem todas as tendências culturais, em toda a sua vastidão: macrobiótica, extraterrena, ocultista, orientalista, e não só literatura.

Este apanhado, somente demonstrativo, limita-se à poesia.

CARTA GERAL, como se disse, vem de Manaus editado pela dupla Marçal Bezerra e Mariazinha Trindade, de forma bimestral. A não ser algumas notas sobre o movimento alternativo o folheto é totalmente dedicado à poesia. Formato ofício, impresso em mimeógrafo, verso e anverso, com ilustrações. Dobrado em três, transforma-se num folheto de 11x21,5 cm.

FANAL. É um jornal exclusivamente de poesia. Fundado em 1954 pela poetisa Colombina, atualmente é dirigido por Adélia V. Ferreira. Muitos sonetos, muitos decassílabos, mas a poesia atual vem conquistando espaços. Impresso em gráfica, um pouco fora do retrato alternativo, FANAL vive da venda avulsa e de assinaturas.

MAÇANETA do Rio de Janeiro. Saiu um único número experimental impresso em gráfica, duas folhas tamanho ofício editado por Jáder Macedo Jr./Vitor Dias da Fonseca Filho. Era chamado "polipersonativo poético independente".

MANDACARU lamentavelmente ocupa muito do seu espaço com prosa. Impresso em mimeógrafo, tamanho ofício (verso e anverso), divulga também publicações e acontecimentos marginais. A dupla Pedro A. Costa/Amilcar Azevedo vem, no entanto, conseguindo manter vivo o jornalzinho com muita luta.

MATÉRIA-PRIMA vem de Caxias do Sul, RS, com a assinatura do poeta Tony Bel. De excelente feição gráfica, em três folhas 20,5x27,5cm, nem parece alternativo. Mas é.

POTYRANGA é o nome que Severino do Ramo (descendente de índios) escolheu para seu "informativo-alterativo", xerocado em duas folhas tamanho ofício. Só pra poesia e alguma informação sobre o movimento.

REBU, vem do vale do aço mineiro. Geraldo Magela, Joel Alves e Wir Caetano têm surpreendido os entendidos com as bolações gráficas do jornal. Duas folhas tamanho ofício que, dobradas em quatro, transformam o jornalzinho num folheto de 9x22,5cm. Impresso em offset. Poesia, cartum, informações.

Merece menção ainda o SOLUX, jornal literário, JORNAL DA TATURANA e PICARÉ. Todos têm formato de revista, mas intitulam-se jornal. Muita poesia é publicada nesses três, principalmente o SOLUX. Os demais cedem espaço também para quadrinho e prosa. SOLUX tem como editor o Luiz S. de Viveiros, TATURANA é dirigido por Claudio Feldman e PIÇARÉ vem de Rafael Ferreira e Raul C. Sanchez. É deste último também a primeira catalogação das publicações alternativas brasileiras. Vale conferir.

LA HOJITA - Abrimos espaço para este alternativo que vem de fora, pois é realmente uma folhinha tamanho ofício e dobrada em três, dedicada só à poesia. Impressa em offset rápido, vem com a assinatura de Patuto Bonzón/Lacerda López.

IV - ABRE ALAS, AMERICANTO, SIESTA

Há uma tremenda dificuldade para se discernir a revista do jornal. No entanto, pelo formato, por aquele grampinho que tem no meio, selecionamos algumas revistas, cujos detalhes damos a seguir. Todas têm o tamanho quase-padrão 16x22cm e são impressas em offset ou mimeógrafo eletrônico, ou mesmo mimeógrafo comum.

AMERICANTO. Empolgante publicação de Hector Pelizzi e Fátima Ferreira. Essa fusão mostra uma poesia bem latinoamericana. Vem de Olinda, PE.

CORREIO DA POESIA. Apesar da universalidade dos poemas (defeito ou qualidade da poesia hoje?) este correio vem do nordeste. Luiz F. Silva mantém com o sacrifício de hábito o folheto. É de João Pessoa, PB.

LIBERDADE LITERÁRIA é mineira e vai só de poesia. Editada por Wesley Pioest tem ótima apresentação gráfica só superada pela excelente DIMENSÃO de Guido Brilharinho (esta é tão boa que já ultrapassa a fronteira "alternativa"). LIBERDADE é de Belo Horizonte e DIMENSÃO é de Uberaba, MG.

SIESTA é uma revista vinda da Argentina dirigida pelo grupo de Sergio e Viviana Bonzón. Trata de tudo um pouco e tem um encarte especial

só de poesia. Endereço: Pergamino, Bs. Aires, Argentina.

ALTERNATIVE sai nos USA editada por uma brasileira louca por alternativos. Terezinka Pereira, mineira, também é mestra em literatura e teatro na Universidade de Colorado. Até fins de 1983 Teresinka estará entre nós: ela prometeu.

- TEORIA DA MALDIÇÃO E DA MARGINALIDADE

"... meu ensaio "A Náusea e o Mimeógrafo", fruto de longa pesquisa e debates por carta com os professores Fábio Lucas (SP), Aurora Bernardini (USP), Regina Zilbermann (PUC/RS) e Maria da Glória Bordini (UFRGS), todos em total discordância com as idéias e escritos da Heloísa Buarque de Hollanda, por sinal equivocados e sem qualquer base cronológica concreta, (...) a respeito dos fenômenos que caracterizam a nossa geração, a chamada "geração mimeógrafo", "geração AI-V, "geração do sufoco" e tantos outros nomes incorretos." – Aricy Curvelo, por carta.

"O atual contexto editorial parece se fechar cada vez mais. Novos poetas e prosadores se vêem diante de um impasse. Muitas obras de valor permanecem involuntariamente engavetadas. A imprensa comumente chamada "alternativa" tem sido para muitos a única forma de divulgação de seus trabalhos..." – MAÇANETA, editorial

"As praças são espaços táticos que a sociedade que taí reserva pro exercício do ócio e dos lazeres brandos (e do lamento do desemprego), preservando os demais pras atividades produtivas e afins. Grande sacanagem! Se nem aquelas áreas táticas são aproveitadas, o espírito

lúdico fica grosseiramente embotado de “cimento e lágrima”. Não importa que todo palavrório acima seja pura sacação. O que vale mesmo é que a primeira manifestação consistiu em pendurar poemas nos galhos das árvores da praça (...)” – REBU, clips.

“Quanto à “proposta” editorial, reafirmo que não há quaisquer critérios de seleção. TODOS os que estão nesta luta cabem no carrossel.”
– SOLUX, Luiz S. de Viveiros

“Não consigo desassociar da palavra marginal o seu complemento nominal: marginal é sempre em relação a alguma coisa; um marginal de rua, o é em relação ao sistema; no caso da literatura, esta o é em relação ao mercado editorial tradicional. Quer dizer: caráter marginal pura e simplesmente, pra mim, é enigma, não diz nada. Agora: na medida em que esta literatura poética “não alinhada” concorre com a estabelecida e faz com que os próprios autores – antes acomodados passivamente aos seus contratos editoriais de 10% – agora participem ativa e diretamente no processo de edição, divulgação e distribuição de seus livros, ela se torna â margem (inclusive no sentido de discriminada pela outra, que a vê como perigosa rival).” – Leila Míccolis, depoimento em PICARÉ.

“A proposta continua a mesma: independentes.” – Edmilson Gim, por carta.

“E nossa luta e nossa fé e nossa força despertaram inquietudes. Por isso o grande número de colaboradores, por isso tantas cartas e trabalhos recebidos, por isso muitos se 'arriscaram' a lançar publicações, graças ao exemplo e à constância de querer descolonizar nossa tão espancada cultura.” – Fátima Ferreira, Americanto.

"Quanto ao estado atual da produção independente, o dado fundamental é a dissolução de uma série de grupos de poetas novíssimos surgidos a partir de 1977. Tais grupos (que na verdade funcionavam mais como cooperativas editoriais, mas mesmo assim nunca deixavam totalmente de ter algo de sectário) estão sendo substituídos, neste momento, pela grande comunidade de poetas, pelo enorme contingente de autores-leitores que, cada vez mais, tendem a se comunicar, a divulgar seu trabalho e a dialogar, não mais no espaço restrito de um grupo, tendência ou movimento, mas sim nesse espaço mais amplo constituído pelo conjunto das pessoas interessa das em escrever ou ler poesia. Cada vez mais se torna realidade a proposta de Lautréamont: "A poesia deve ser feita por todos, não por um". – Claudio Willer, "20 Anos de Poesia Marginal".

"Tengo conocimiento que el movimiento subterráneo tiene, en su esencia, la pureza de sus primeros años, y aún a pesar del tiempo se conserva, y así siguen surgiendo desde las raíces, de esta tierra bendita, los frutos de la auténtica poesía elaborada con sangre, sudor, lágrimaas y vida latente. Desde ahora en adelante, debemos fundar la nueva poesía, y en el nuevo tiempo, labrar como lo hace el labrador, en terreno fértil, con todas las semillas poéticas posibles, porque este esfuerzo es el que vale, esta labor hecha con amor, con plena conciencia, esta labor de embellecer la palabra mediante el verbo". – Arturo Jose Antequeda, "Siesta".

*"a atitude do poeta como parte do poema.
 geração mimeógrafo é, antes de mais nada, uma atitude.
 quando o poeta vende seu livrinho de mão em mão, encurta-se para zero a
 distância entre poeta e público.*

esse tempo em que o poeta vende seus livrinhos em bares, portas de teatro, como já disse, faz parte da sua fase heróica, em que a gente leva muita porrada, mas que deixará saudades, podes crer." – Nicolas Behr, "Poeta Marginal? Eu, hein!"

"Multiplicam-se, em nossos dias, os cantos cujo teor vem a ser a selvageria da nossa época". – Fabio Lucas, Prefácio de "Os Dias Selvagens te Ensinam", de Aricy Curvelo

"É difícil especificar tendências e vertentes dominantes na recente produção poética, que se furta ao enquadramento numa historiografia fácil cuja vigência tem como pretexto o mapeamento dos movimentos literários dos anos 60 e 70 e a recente voga da poesia marginal". – Claudio Willer, Prefácio a Joio & Trigo, de Thereza Christina Roque da Motta (setembro, 1983)

NA VIRADA DO MUNDO

Está na hora de todos acordarem. Quem avisa, amigo é. Querem ver? Eu vou citando, datando e vocês vão meditando, tá? O nome do jogo é: Jogo das Mentiras. Isto é, para quem não entendeu, eu vou contando as mentiras que já disseram (e imprimiram) e vocês vão acreditando, como acreditaram nossos avós. E por causa dessa crença a gente vai sofrendo a vida. Assim é o Jogo das Mentiras. Ler e conferir. Ah, ia esquecendo. Os livros são da coleção da vovó que, em virtude de mudança, eu tive a graça de ganhar... de graça!

As palavras seguintes foram ditas por um tal Adolfo Agório – pseudônimo, é claro – a respeito do Integralismo brasileiro. Isso em 1936:

"Entre os espíritos mais representativos do Brasil contemporâneo, Gustavo Barroso (1) se revela em traços fortes. Ao lado de Plínio Salgado (2), prodigioso animador do Integralismo e Chefe Supremo das hostes organizadas para completar a obra dos heróis da Independência...

"Até agora, o ilustre membro da Academia Brasileira de Letras se empenhou em fazer ressaltar a autonomia americana (3) do impetuoso movimento dirigido por Plínio Salgado (4).

"Gustavo Barroso defende o postulados do Integralismo. Que postulados são esses? Sobretudo, o orgulho da disciplina, a coragem de morrer por uma ideia, o caráter sagrado da família, guerra de morte ao materialismo e capitalismo de procedência burguesa ou comunista e, afinal, a supressão dos partidos políticos".

“Espera-se a hora de acabar com as cartas eleitorais, que se julgam muito fortes”.

Alentado pelas profecias, Gustavo Barroso desanca a elogiar o fascismo num livro de 300 s, pensando em fazer do Brasil uma nação nazi-fascista a qualquer custo. E para tal não perde tempo em esculhambar todas as doutrinas ideológicas: somente o fascismo trará progresso ao Brasil. O título do livro é “O integralismo e o mundo”, Ed. Civilização Brasileira – 1936.

Ora, direis, deitar o pau em cima dos mortos é muito cômodo. Não é verdade! Gustavo Barroso está morto, de fato, mas suas idéias estão mais vivas do que nunca! São idéias que de vez em vez estão sendo revividas, seus cadáveres estão sendo ressuscitados, as múmias desenterradas. E, portanto, é necessário fazer alguma coisa contra isso.

A palavra agora vem de Berdiaeff (5), que merece mais respeito do que os cocorocas acima. O livro é “Uma nova Idade Média”, também de 1936, Ed. José Olympio. No capítulo IV, Berdiaeff trata da democracia, o socialismo e a teocracia. Apesar das muitas contradições e reservas, apesar da descrença a essas doutrinas que tomava conta do espírito de Berdiaeff, é surpreendente a antevisão do filósofo russo. A sua visão de democracia achava-se visivelmente afetada por um catolicismo exacerbado, conseqüência da fuga do marxismo, que ainda estava em estado selvagem, entrando no estalinismo desvairado. Mesmo assim é bom ouvir Berdiaeff:

“Existem, entre democracia e socialismo, diversas formas de passagem, todas as modalidades de aproximações e combinações. O socialismo “científico” não foi criado e não penetra no pensamento dos

povos da Europa como doutrina democrática. O socialismo utópico de Saint-Simon igualmente não era democrático, mas claramente antidemocrático. Representava uma reação contra a revolução francesa e muitas vezes descobrimos um certo parentesco entre seu espírito e o de Joseph de Maistre.

“A democracia e o socialismo se opõem se um ao outro por princípio.

“A democracia reveste-se de um caráter puramente formalista, ela própria ignora a sua essência e, nos limites do princípio que afirma, não tem nenhuma consistência.

“A democracia não quer saber em nome de quem a vontade do povo se exprime e não quer subordinar a vontade do povo a nenhum fim superior. No próprio momento, em que a democracia definir o fim para o qual deva ser orientada a vontade do povo, em que descobrir um objeto digno de sua vontade, que se veja embebida de uma substância positiva – será constrangida a colocar esse fim, esse objeto, essa substância, por sobre o próprio princípio formal da expressão da vontade, deverá admiti-los como base da sociedade. Mas a democracia só conhece o princípio formal da expressão da vontade do povo, o qual lhe importa acima de tudo e que ela a nada quer subordinar.

“A democracia é indiferente à direção e à essência da vontade do povo, o qual lhe importa acima de tudo e que ela a nada quer subordinar.

“A democracia é indiferente à direção e à essência da vontade do povo, não dispõe de critério algum, nem para julgar da direção em que se

exprime vontade popular, nem para definir o valor desta vontade.

“A democracia permanece indiferente ao bem e ao mal.

“A democracia é cética, provém de um século cético, de um século sem fé, em que os povos perderam os firmes critérios da Verdade e se tornaram impotentes para confessar qualquer verdade absoluta, seja qual for.

“A democracia é o relativismo extremo, a negação de tudo que é absoluto.

“Na democracia coisa alguma garante que a vontade do povo se oriente para o bem, que ela venha a querer a liberdade e não a destruição, radical de toda liberdade.

“A democracia é a ideologia própria de uma época crítica, e não orgânica, da vida das sociedades humanas.

“A democracia se propõe, efetivamente, como fim, conjugar a vontade desmembrada do povo. Mas a personalidade humana não passa, para ela, de um átomo abstrato, igual a qualquer outro, e o problema que consiste em amalgamar os homens é um problema mecânico”.

O importante desse “banho democrático” de Berdiaeff, é que vai trazer para a cuca daqueles que gostam de definir a democracia conforme seus interesses, próprios ou apenas ponto de vista pessoal, alguma coisa nova (se é que se pode chamar de nova uma obra de 1936). Importante mesmo é saber modificar as opiniões a respeito de uma ideologia secular.

Como todas as formas e movimentos sociais existentes, a democracia também toma diversos rumos em seu curso histórico e assim deve ser estudada, lida e analisada. Quem não tremer diante dessas afirmações de Berdiaeff sobre a democracia não sentiu ainda a virada do mundo.

Depois de Gustavo Barroso, precedido do ilustre desconhecido Adolfo Agório, a lição de Berdiaeff lavou nossa alma! Vamos agora elevá-la aos céus lendo um profeta brasileiro chamado Eduardo Prado, publicado pela Ed. Civilização brasileira em 1933 – antes, pois, de Gustavo Barroso (1936)! O que teria ocorrido à famosa editora? A edição traz um prefácio do saudoso Augusto Frederico Schmidt, avisando que “a 1ª edição foi confiscada e suprimida por ordem do governo brasileiro”.

O livro se intitula “A ilusão americana”, referindo-se, naturalmente, à nossa irmã do Norte e trata das ameaças que o truste americano já trazia aos interesses das nações sul-americanas. As brigas internas das republiquetas recebiam notas. O livro era mais um panfleto do que outra coisa. Certamente vale hoje apenas como documento histórico, pois essas situações foram, de um modo ou de outro, superadas. Vale à pena conhecer o prefácio de Schmidt e as notas a seguir:

“O que surpreende, antes de tudo, n’A ilusão americana, é a mocidade de suas s, o tom de paixão e de nobreza que Eduardo Prado nelas fixou e que o tempo não conseguiu apagar nem diminuir. Sua força vem da intenção justa que levou o escritor brasileiro a prevenir sua pátria contra o imperialismo americano, imperialismo já exercido em outros países”.

Toda, a odisséia de Eduardo Prado na publicação do livro encontra-se neste, pequeno texto:

“Este trabalho, já editado no Brasil e agora reimpresso no estrangeiro (refere-se à 2ª edição), mereceria vir de novo à luz. Este despretenso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo conspiração, crime havê-lo escrito. Na república o livro não teve mais liberdade do que o jornal, do que a tribuna, nem mais garantias do que o cidadão”. (Escrito em Londres 07/11/1894)

E leiam esse primor de Apêndice: *“No dia 4 de dezembro de 1893 foi posto este livro à venda nas livrarias de São Paulo. Vendidos todos os exemplares foi o chefe de polícia às livrarias e proibiu a venda. Na manhã seguinte a tipografia que imprimiu o livro viu-se cercada por uma força de cavalaria, e compareceu à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição da polícia. No outro dia a “Platéia” publicava o seguinte: “O nosso colega Gomes Cardin, por ir lendo num bonde a obra proibida, foi levado à polícia. O mesmo aconteceu com um cavalheiro de cujas mãos foi arrancado um exemplar por um polícia secreta.*

“O autor foi procurado por um redator desta folha. Eis mais ou menos o que ele nos disse: – Na minha infância, havia na Rua de São Bento um sapateiro que tinha uma tabuleta aonde vinha pintado um leão que, raivoso, metia o dente numa bota. Por baixo lia-se: Rasgar pode, descoser não. Dê-me licença para plagiar o sapateiro e para dizer: Proibir podem, responder não. Confesso que a publicação foi um ato de

ingenuidade da minha parte. Digo antes que estribei-me no artº 1º do Decreto nº 1.565 de 13/10/1893, regulando o estado de sitio. O vice-presidente e o Sr. Ministro do Interior disseram nesse artigo:

"Artº 12 – É livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sendo garantida a propaganda de qualquer doutrina política". Escrevo um livro sustentando a doutrina política de que o Brasil deve ser livre e autônomo (sic) perante o estrangeiro. O governo é contrário a essas opiniões e está no seu direito. Manda, porém, proibir o livro! Onde está a palavra do Governo?"

Nada a acrescentar ao excelente e atual trabalho do escritor Eduardo Prado.

Ah, ia me esquecendo de mencionar uma citação do autor acima em seu livro, reproduzindo as palavras de Jorge (sic) Washington:

"Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar de uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência".

Palavras de sábia atualidade. Ouvi e vossa alma viverá eternamente. Esse é o anúncio da virada do mundo...

(1) Gustavo Barroso (1888-1959), jornalista, escritor e político. Em 1933 aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), da qual foi um dos mais ativos militantes. Em 1934 coube-lhe o cargo de comandante geral das milícias. Declarado anti-semita, referia-se aos judeus como "lixo humano".

(2) Plínio Salgado (1895-1975), escritor e político. Desde 1931 consagrou-se ao Integralismo, de

que se fez chefe absoluto no Brasil. Foi deputado federal pelo PRP e Arena. Mestre do Raymundo Padilha, integralista que governou o Estado do Rio (1971-1975), em nome da “revolução” de 1964.

(3) A palavra aí se refere à nossa América do Sul.

(4) Ainda é o mesmo Integralista da nota 2.

(5) Berdiaeff (Nicolau Alexandrovitch (1874-1948), respeitado filósofo russo convertido ao catolicismo.

(6) Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), escritor e pensador de espírito muito aproximado e semelhante ao de Alceu Amoroso Lima, ou seja, já era prafrentex desde áureas épocas...

NOVA CONSCIÊNCIA

Desde que a Contracultura surgiu entre nós, modificando parte da estrutura artística/social vigente, ela foi logo qualificada de movimento "dirigido para determinado público" e esta qualificação visava, evidentemente, fragmentar em suas bases a nova ordem surgida em todos os cantos do mundo e que adquiria em cada novo "lar" características próprias.

Tal reação tão constitui um fato isolado, pois ocorre a qualquer novo fluxo de transformação que possa afetar os interesses dos pad(t)rões estabelecidos. A mola mestra do aparecimento contracultural em nosso meio foi O Pasquim, mas, antes, Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta) já havia lançado um tablóide (Carapuça), com indícios conraculturais, o que, aliás, caracteriza toda a sua obra. Depois vieram Bondinho, Presença, Flor do Mal, Verbo Encantado, 2001 e a edição nacional do Rolling Stones. Com ele a explosão criativa do underground tomou posse de amplo meio de comunicação de forma irrevogável.

A imprensa libertou-se, assim, dos pequenos círculos de profissionais e passou a valer-se das improvisações antes mimeografadas. A Contracultura nasceu, portanto, de uma necessidade premente, numa época em que o Espírito não mais suportava a estagnação e que o Ser permanecia inerte, estrangulado. Esta situação resultava da perda/proibição de vários direitos adquiridos/naturais: posse própria, criação individual, expressão pessoal e outras proibições constatadas somente muito tempo depois...

Com o movimento liberador, a Contracultura floresceu parte reação, parte revolta, em virtude das violações sofridas pelo homem diante dos constantes conflitos em todo o mundo. Em nosso meio, a Contracultura não

foi uma situação importada, senão em termos, embora vários acontecimentos externos tenham anunciado as diretrizes tomadas. Não foi um movimento imposto e nem poderia sê-lo, senão não resistiria como forma cultural, sem fortes bases comerciais, para logo desaparecer como uma moda qualquer. Nasceu de parto natural, com gestação o tudo.

Os nomes? Influenciando diretamente o povo que escuta rádio estão os compositores: Milton Nascimento (o papa), Jards Macalé, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Chico Buarque e Caetano Veloso (o Guru); no jornalismo, Millôr Fernandes (o Papa), Tarso de Castro, Ferreira Gullar e Luis Carlos Maciel (o Guru - título não aceito pelo próprio); nos quadrinhos e tiras, Jaguar, Ziraldo, Henfil e Fortuna, todos excelentes. E aí vai até não acabar mais um sem número de pessoas que foi atraído pela Contracultura, logo considerada o mais perfeito e liberal meio de expressão e comunicação. Por meio de livros, os primeiros passos foram dados por Wally Sailormoon (Me segura que vou dar um troço) e Caio Fernando Abreu (OK Jack Kerouak). Depois surgiram outros livros como **Nós te esperamos em Ipanema, O desastronauta** e Wanda Figueiredo, com **Aqui São Paulo**.

Nenhum deles, contudo, passou a utilizar, salvo Luiz Carlos Maciel, a Contracultura como ponto de partida para novas realizações, como base filosófica (vale o termo), para o encontro e formulação de novas realidades: a verdade em todas as suas mutações. Para a nossa contracultura é mais ou menos isso o que representa a coletânea de trabalhos, saídos originalmente em diversas publicações (Fairplay, O Pasquim, Última Hora) de Luiz Carlos Maciel, entre os anos 70/72. E dessa forma surgiu seu livro: **Nova Consciência**.

Entre nós a Contracultura só encontrou. aliados nos remanescentes de

uma geração imediatamente anterior (a geração "Soy contra"), surgida do estado de mumificação deixado pelo vácuo do após-guerra. Mas a ponta de lança da Contracultura mundial não é a juventude; a mola-mestra se situa em indivíduos com mais de 30 anos. Embora o radicalismo da frase "'NÃO CONFIE EM NINGUÉM COM MAIS DE 30 ANOS'" não o demonstre, os "velhos" liberais (Hermann Hesse, Aldous Huxley, Bertrand Russel, Herbert Marcuse, Norman Mailer e outros) foram a base do movimento, sua sustentação ideológica.

Num caos apenas aparente, malgrado a confrontação visível nas idéias, o livro **Nova Consciência** se mantém coeso, seus artigos estão interligados como elos de uma (forte e influenciadora) corrente. Sua leitura contagia do princípio ao fim. Mesmo que se apanhem os artigos ao léu, sem qualquer concatenação, a unidade é pressentida, as idéias são assimiladas, as palavras deglutidas, a religiosidade das vibrações é perfeitamente correspondida – um milagre de difícil explicação!... Essa. força sobrenatural se encontra no livro **Nova Consciência** e se expressa de tal forma, com tanta categoria, que não cabem nele a fossa, a obsessão, a morbidez, onde as indagações se reduzem ao mínimo: chega de dúvidas!

Nos 38 artigos apresentados, Luiz Carlos Maciel cruza por diversos gêneros literários, sem se importar muito com isso. Surgem as mais variadas elucubrações filosóficas e o autor penetra nas profundezas da mente, numa busca constante (Novo dia, Brincando de escrever, Sete sermões, Muito louco, Bicho!, Conselhos a mim mesmo)... Em outros momentos se transforma num poeta crônico do cotidiano (Crônica, Coisas boas, Cabelo). Em outros mais elabora magníficas mini-ensaios sobre Norman Mailer, Heidegger e Norman O. Brown. Dá, também, um profundo recado sobre "Cristo, esse desconhecido", no qual fala de suas vivências pessoais

que eclodiram a partir da leitura desse ensaio inédito de Ernesto Bono. Pinta, ainda, retratos transcendentais vistos de um ângulo especial, onde são apresentados ídolos que todos nós conhecemos e expressões marcantes da contracultura, desde os filósofos e teóricos (Ken Kesey, Paulo Francis, Marcuse, Hoffmann, Watts), até chegar aos profetas, santos, monstros sagrados – Bob Dylan, Janis Joplin, Caetano Veloso, Ritchie Havens, Jimmy Hendrix, Carlos Santana, Gilberto Gil. E aqui Maciel abusa de suas qualidades.

Em suma, trata-se de uma explosão, ampliada e mais avassaladora. Os primeiros sinais dessa explosão foram registrados num ensaio de fôlego, anterior, denominado "Sartre, vida e obra" – publicado por José Álvaro Editor, em 1967. De lá pra cá LCM evoluiu e expandiu os inatos dons da comunicação fácil sobre temas profundos.

É totalmente falso concluir que o livro de Luiz Carlos Maciel se destina a um público dirigido, como querem alguns comentaristas. Não obstante a Contracultura ter sido marginalizada seja como literatura, política ou como arte em geral, o autor manipula os assuntos com liberdade, com agressividade e oferece um campo de leitura e debate para qualquer camada cultural estabelecida. Principalmente os estudiosos de Comunicação e Literatura não podem dispensar a leitura deste livro. Em **Nova Consciência** também não cabem adjetivações que pretendam estabelecer (fixar) LCM num determinado ponto fixo – profeta, papa ou guru da contracultura. A própria estruturado livro deixa bem claro essa não fixação num único deus e Luiz Carlos Maciel expõe isso com uma tremenda clareza: "Os heróis estão cansados..."

– Qual o segredo da lucidez do Maciel? O ator incorpora a si mesmo

uma pergunta que faz a respeito de Mailer e a resposta não poderia ser outra:

"Opino que é a sua corajosa maneira de pensar. Ele não se limita a raciocinar dentro das estruturas estabelecidas da razão analítica ou da razão dialética. O pensamento para ele é uma exploração nos territórios ocultos da mente, uma viagem ao desconhecido, uma aventura – se quiserem..."

O CONTO

O conto é o gênero literário por excelência. Na atualidade, onde a vida agitada predomina, é mister fazer-se compreender em poucas e fáceis palavras. A crônica faz seu papel cotidiano, diário e registra o fato real, interpreta a ocorrência em cima da hora. É uma reportagem literária, muitas vezes poética, por isso se torna também perene. Mas uma crônica não pode ser um conto. Um romance pode até ser conseqüência de uma crônica, pode também ser uma extensa e minuciosa crônica de um momento histórico.

Um romance pode nascer de um conto (o que prova a versatilidade do gênero) e aí reside a única aparência. De resto, o romance registra literalmente, transformando em literatura, o momento da História. Ao passo que o conto representa, em poucas e concisas palavras, a história da atualidade, do momento imediato. A durabilidade da sua vida é bem menor que a do romance, mas a vitalidade do conto é tão grande e poderosa que basta ter sido publicado (e lido, naturalmente), para ter cumprido fielmente o seu destino.

O curioso é que a poesia deveria desempenhar o papel entregue ao conto e à crônica: é inexplicável que tal não ocorra. A verdade é que a poesia perdeu muito ao abandonar a cadência e a rima (tanto quanto ganhou ao deixar de lado as regras e a métrica), ao sentido popularesco que lhe era creditado.

A poesia sacrificou sua popularidade em troca da libertação da métrica, da rima, do ritmo e das regras acadêmicas. Nesse sentido, o conto é dos poucos gêneros literários que não foi prejudicado com a adoção de novas fórmulas e estilos, pois conseguiu atrair para si a fácil comunicação da

crônica, a simplicidade da poesia (moderna/concretista) e, mais ainda, passou a explorar amplamente o progresso visual das artes gráficas – então somente utilizado pela poesia.

É neste ponto que se encontra o moderno conto brasileiro e pelo menos três lançamentos nos anos 72/73 confirmam a solidez do caminho trilhado. Sem perder a concisão, a comunicação fácil e a poesia, o conto brasileiro passou a utilizar novas técnicas gráficas e manter-se vivo e atual. Wally Sailormoon – **Me segura que vou dar um troço**, Rubem Fonseca – **Lúcia McCartney** e Victor Gíudice – **Necrológio**, de vários modos fixaram novas diretrizes para o conto, gênero literário que não admite qualquer rédea ou limitações para sua curta, mas violenta explosão comunicativa.

Pode parecer curioso citar Wally Sailormoon numa lista do novíssimo (sem escolástica) conto brasileiro, pois **Me segura que vou dar um troço** não é exatamente um livro de contos, se formos continuar vendo (o conto) através dos rígidos prismas que têm mantido a literatura em geral aguilhada a regras acadêmicas, limitada, portanto, a um espaço temporal.

Justamente aí reside o epicentro da evolução do conto – e é o que interessa no momento, rumo ao futuro. A sua constante atualização às normas de comunicação mais recentes evitou o choque demolidor que vem destruindo através dos tempos inúmeras formas literárias.

É esta também uma das vantagens do conto, como gênero literário. Em contínua mutação e devido à sua maleabilidade, o conto possui simultaneamente múltiplas formas, ora desintegrado em sua essência, ora transfigurado em poesia, crônica, diário, comentário ou apenas notícia de jornal... Este poderia ser um retrato resumido de **Me segura...**", mas é

extremamente difícil enfocar o livro do Sailormoon sob qualquer ponto de vista fixo.

Relançado pela Ed. Artenova, **O Homem de fevereiro ou março** - 1973, Rubem Fonseca foi o mais aplaudido contista do ano e a maior contribuição ao gênero depois de Dalton Trevisan, realmente um fora de série. Com o livro **Lúcia McCartney**, os já amplos caminhos do conto tornaram-se, então, incomensuráveis, sem qualquer exagero. O estilo (o aqui a palavra perde o conceito acadêmico) mais que jornalístico, de uma cinematografia adaptada ao imediatismo da TV - moderna, urbana, fez do livro sucesso imediato (que os prêmios posteriores confirmaram), possuidor que é de uma linguagem fácil, acessível, sem prejuízos ao desenvolvimento das histórias. Da mesma forma que o relax gráfico, o abandono do estilo linear só trouxe benefícios ao trio contista/conto/leitor.

Quando o mesmo ocorre noutro gênero que não o conto, o romance, por exemplo, a fragmentação prejudica a unidade temática e o que se tem é uma coletânea de contos cuja história está intimamente ligada aos personagens, formando uma cadeia: o corpo ou o próprio romance em si, conforme ocorreu com Caio Fernando Abreu - **Os Desastronautas** (Ed. Expressão e Cultura). Ou então o autor tem de recorrer a expedientes fantásticos para justificar o abandono formal das estruturas que caracterizam o romance: G. G. Marquez - **Cem anos de solidão** (Ed. Sabiá), Júlio Cortázar - **O jogo da amarelinha** (Ed. Globo) - André de Figueiredo - **Labirinto** (Ed. Exp. e Cultura).

Depurando ainda mais as descobertas de Rubem Fonseca, Victor Gíudice conseguiu dar mais alguns passos positivos e consolidar a posição do conto em suas estruturas atuais no livro *Necrológio*, recentemente

lançado pela Ed. O Cruzeiro.

Dentro de uma concepção também experimentada com sucesso por outros autores - entre os quais se destacam Zélio Alves Pinto - simplesmente Zélio - **Homem dentro do poste** (Ed. Hemus 1973) e Wanda Figueiredo - **Aqui, São Paulo / Aqui, Rio** (Ed. Part.1972/73), Victor Gúdice explorou todos os extremos que o gênero oferece, com riscos, sem tornar o livro alienado ou exótico, como aconteceu com os já citados Wally Sailormoon e Wanda Figueiredo, o que é muito importante, politicamente falando, de vez que o recado é dado limpidamente, atingindo todas as camadas a contento.

Apesar de tudo - pode parecer incrível - o conto ainda não teve todas as suas possibilidades esgotadas: Victor Gúdice consegue manter um ritmo vívido e agitado, muito comum no jornalismo diário, derramando lágrimas e sorrisos aqui e acolá, sem jamais se perder na futilidade - e sem deixar de explorar, também, a futilidade...

(1973)

O JB E A LIBERDADE DE IMPRENSA

O que significa realmente Liberdade de Imprensa? Por que, em todo o mundo, existem pessoas que são capazes de sacrificar a própria liberdade - individual e física – em troca da Liberdade de Imprensa?

Resumidamente, significa informar com honestidade e sem distorções os fatos, tanto cotidianos quanto históricos. É também a liberdade de informar ao povo o que diretamente lhe interessa e à coletividade, o que a ela condiz como um conjunto social.

Parece, entretanto, que essa liberdade pela qual lutamos perde muito de sua vitalidade se as agências informativas, privadas e oficiais, não a utilizam em toda sua plenitude. Hoje em dia, a coleta e distribuição de informações é um trabalho da mais alta envergadura em todos os planos: humano, político, social, histórico.

As considerações acima vieram à tona diante das informações da atual guerra no Oriente Médio, que chegam ao leitor distorcidas, adulteradas, nas versões que mais interessem aos grupos em litígio.

No Ocidente a imprensa está profundamente impregnada de grupos de interesses judófilos e, de memória, se podem citar alguns fatos que comprovam tal influência, que só vem prejudicar a Liberdade de Imprensa:

1) Todo o noticiário da chamada Primavera de Praga, quando uma simples, mas histórica, transformação político-social foi transformada numa bandeira contra a URSS, com isso trazendo sérios danos ao povo tcheco;

2) As notícias, não divulgadas, sobre a revolta dos estudantes alemães contra o monopólio das comunicações, incluindo as rádios, as revistas, os jornais e as TVs, por um grupo empresarial judeu;

3) A recente decisão do governo austríaco de fechar a recepção aos judeus emigrados da URSS, quando a imprensa judia fez tanta propaganda em torno do caso e prejudicou a saída de sionistas daquele país.

O fato mais recente, porém, é o tratamento dado ao noticiário da guerra do Oriente Médio, entre judeus e árabes, particularmente na imprensa brasileira e, mais particularmente ainda, no outrora tão glorioso Jornal do Brasil.

Todo jornal tom a obrigação de dar a sua opinião e para isso existem os editoriais. Ali, o JB poderia (e pode) apoiar os judeus na guerra contra os árabes, sem nenhum demérito à Liberdade de Imprensa.

O que o JB não pode, sem sujeitar-se a críticas e condenações, é adulterar e modificar o noticiário, para satisfazer as simpatias da maioria de seu corpo jornalístico.

No espaço de seu Editorial o JB pode dizer, por exemplo, que o Dr. Henry Kissinger (que é judeu) está correto ao concitar os produtores árabes de petróleo a retornarem às linhas da trégua de 1967 (quando Israel usurpou as terras pelas quais hoje se luta). Pode dizer, mesmo, que o Sr. Leonid Brejnev está errado ao pedir a adesão da Argélia ao Egito e Síria.

Para isso, sim, serve o Editorial. (JB de 10-10-1973).

O que o JB não pode, nunca é demais repetir, é maldosamente inserir nas quatro s de notícias sobre a guerra as opiniões de seus proprietários e editores ou mesmo de seus jornalistas e copydesks, de vez que assim agindo estará modificando o próprio ato em si e transformando erroneamente o fato, denegrindo a própria História...

Diante de tudo isso, fica difícil enumerar quantas vezes o JB cometeu o mesmo pecado e a Liberdade de Imprensa pode até ser posta em dúvida. Mesmo porque ela jamais poderia ser aplicada a jornais profundamente arraigados a interesses econômicos, políticos, sociais e religiosos.

Ela – a Liberdade de Imprensa – jamais poderia ser aplicada ao Jornal do Brasil, que muitas vezes já foi seu refúgio em memoráveis batalhas, conforme registra a história da imprensa brasileira. Isto porque, agindo como age neste momento o Jornal do Brasil, a Liberdade de Imprensa servirá apenas de mortalha para seus restos mortais...

(1973)

SOBRE EMILINHA BORBA

Para quem até os 41 anos de idade jamais tinha visto Emilinha Borba pessoalmente – a não ser em breves passagens pelo edifício "A Noite" onde funciona a Rádio Nacional, lá pelas décadas de 60/70 – o encontro na Fundação Calouste Gulbenkian foi algo surpreendente, chegando às raias do magnífico.

É comum se esperar de pessoa com quase 50 anos de atividade artística um comportamento altamente malicioso, que a experiência naturalmente implanta. E, no entanto o que eu vi foi uma mescla de ingenuidade e pureza – e o surpreendente! – que a vida artística não conseguiu macular!

Vale a exclamação, vale a surpresa, porque se sabe o quanto a vida de rádio-TV-teatro-cinema é capaz de modificar, muitas vezes para pior, a existência das pessoas. Para muitos, até, é uma vida podre, desregrada, gomorrenta.

Vinda de um tempo no qual o importante era o artista, de um tempo no qual um bom nome sustentava durante anos a programação das rádios, de um tempo, enfim, em que a TV ainda não existia, Emilinha Borba finalmente se entregou. Sucumbiu derrotada diante do poder corruptor que se instalou nas artes supracitadas e que se tornou voraz e insaciável com o poder da TV e da rádio, fielmente enrabichada na mamãe-grande – ela abandonou de vez as disc-jockagens e os jabaculês da vida.

Somente aos 41 de idade anos conheci Emilinha Borba e a conheci sensivelmente agradecida a um fã que lhe dera *"de presente um fogão 2001"*

(sic), que a comoveu tanto, a ponto de fazer uma viagem para São Paulo, apenas para agradecer pessoalmente o presente recebido.

Conheci uma Emilinha Borba carismática, mas que não usa a força do carisma para denunciar os mirabolantes jabaculês cobrados pelos reis (da corrupção) do rádio e da TV – jabaculês esses que hoje superam facilmente a faixa dos seis (isso mesmo: seis!) dígitos.

Conheci uma Emilinha Borba tímida, mas com cancha bastante para (ainda) dominar um auditório, mas que se recusa terminantemente, por princípios éticos, a dedurar os nomes dos corruptos e corruptores que infestam as rádios e tevês, como outros colegas fizeram.

Conheci uma Emilinha Borba que se entenece com as histórias de velhos carnavais, contadas pelas fãs quase da mesma idade dela.

Conheci uma Emilinha Borba que ainda não se importa de ficar numa boa, horas e horas autografando papéis, fotografias, capa de discos e a cada assinatura escrever uma dedicatória feita com carinho, pensada; e a cada assinatura ainda manter um papo agradável sobre a carreira, ouvido atentamente; e a cada assinatura doar um beijo, um abraço especial, seguido de muitas recomendações à família, etc. etc.

Conheci uma Emilinha Borba de idade imensurável, mas que jamais é a idade de uma senhora, que lança olhares desejosos, que paquera, que deseja e conquista os homens à sua volta com a liberdade de mulher ousada.

Essa Emilinha Borba é a mesma que lastima a maldade dos homens, que lhe muitas vezes se lhe abateu, mais deplorável e dolorosa, posto que

viesse de gente que, num passado não muito distante, iniciou uma carreira, dependente, sustentada pelas suas músicas e das colegas do seu tempo.

Essa Emilinha Borba é a mesma que desconhece o poder que tem de denunciar tudo isso e permanecer ilesa; denunciar tudo e prestar um serviço inestimável à classe artística; denunciar tudo e minimizar o poder da corrupção que, abatida, certamente diminuirá e menos mal prestará aos que se iniciam na carreira que ela agora encerra.

Essa Emilinha Borba, que agora (antes tarde do que nunca!) se lança independente, libertando-se das garras multinacionais das gravadoras – das quais nem artistas importantes como Chico Buarque, por exemplo, não conseguiu fugir.

Essa Emilinha Borba, que agora ganha um fã que desde logo cobra a obrigação de abrir o bico, falar, falar livremente, para que possa – da maneira mais gloriosa imaginável – encerrar sua brilhante carreira artística.

(20/10/1983)

SOBRE SADE

"Uma comoção violenta infligida a qualquer espécie de adversário é correspondida por uma sensação vibrante em nosso próprio sistema nervoso; o efeito dessa vibração, excitando os próprios animais que correm dentro das concavidades desses nervos, obriga-os a exercer pressão sobre os nervos eretores e produzir, de acordo com essa perturbação, aquilo a que se chama sensação lúbrica."

Tal definição poderia muito bem trazer a assinatura de um Freud ou Jung, sem dúvida, mas pertence ao Sr. Donatien-Aldonse François de Sade, o Marquês.

Aquele cuja alma anda até hoje a penar pela liberdade, nos cantos escuros dos livreiros proibidos. Ao lado de tantos outros no Índice Prohibitorium...

"Nada se interpõe no meu caminho a não ser a lei. Meu ouro e meu prestígio conservam-na bem além do alcance dos instrumentos vulgares de repressão, que só deveriam ser empregados nos tipos comuns."

Precursor da liberdade total ao ser humano, embora barbaramente demonstrado, principalmente da liberdade sexual e individual. O direito de escolha do método de vida, com a participação daqueles que assim querem viver, autônomos. Vários países adotam uma política sexual hoje em dia, com forte influência da filosofia (sério!) do divino Marquês, notadamente a Suécia, Inglaterra e Alemanha, sem falar nos outros países do leste europeu e escandinavos. Os vanguardistas tentam infligir tal sistema, mas detêm ante as barreiras intransponíveis do conservadorismo político e religioso.

Verdadeiras leis impostas de cima para baixo.

"Para ser verdadeiramente feliz neste mundo, o homem deve não só se entregar a todos os vícios, mas também nunca se permitir uma virtude, o que não é apenas uma questão de fazer sempre o mal, mas também, e acima de tudo, de nunca fazer o bem."

Pensamentos assim, radicais até a alma, fizeram de Sade o primeiro em muitas coisas. Há que admirar igualmente a conscientização com que o Marquês imprimiu nas suas obras, não sendo nunca a mera descrição de atos pornográficos ou sexuais ou homossexuais.

Muito pelo contrário, escolheu Sade um caminho que a humanidade - queira ou não - tem de transitar, para expor seus pontos de vista, lançar denúncias, manifestos, numa época considerada como o princípio do respeito ao homem: era o início da Revolução Francesa, que tantos benefícios trouxe à humanidade, apesar do custo. Muito sangue foi derramado para que se acordassem todos ao verdadeiro caminho do homem.

Sade também derramou sangue de muita gente para provar que a liberdade sexual e ideológica do homem tem de ser conseguidas, sem as barreiras religiosas, políticas. Através da cama, do sexo, das fraquezas da alma, Sade penetrou o dardo da sua filosofia, atingindo e expondo o que toda uma humanidade queria (e quer) esconder a todo custo.

Muitos sociólogos e historiadores haverão de lamentar a vida toda não ter sido Sade tão bom historiador quanto contador de histórias. Um escritor com a visão antecipada em muitas vezes a sua época. Saber encontrar o Marquês nos intervalos de suas loucas e divinas elucubrações e orgias é

trazer à luz muitas idéias e ideais, muita revolta e revolução, quer para o bem quer para o mal de todos.

Foi Sade o inventor peremptório do "soy contra" total, sem reservas. A falsa virtude, a piedade fingida, as leis ilusórias foram combatidas frente a frente como ninguém jamais o havia feito.

"Nada é mais encorajados do que a impunidade do primeiro crime".

"Os fortes sempre consideraram excessiva mente justo o que os fracos consideram flagrantemente injusto. Bastaria uma inversão de posições para cada um poder também mudar seu modo de pensar."

Nada também mais realista. Não é outro o pensamento do poder, da opressão, da vileza. Cada um de nós guarda a mesma tomada de posição até o cemitério. Sade a expôs com uma frieza impressionante.

Contraditório muitas das vezes - virtude que nem todos possuem - seu ponto de vista na maioria das vezes visava defender o povo contra a tirania. Contradizer-se, mudar várias vezes de opinião, desmentir-se, são proposições dos gênios. Só mente a genialidade sabe como se acovardar, sem ser covarde.

"Qualquer alívio dado à desgraça, qualquer gesto que mitigue a carga dos infelizes, é um verdadeiro crime contra a ordem natural. A desigualdade que ela criou em nossas pessoas prova que asse desacordo agrada à Natureza, uma vez que foi isso, e uma vez que deseja que ele exista na fortuna e no corpo. E como os fracos podem sempre consertar as

coisas através do roubo, os fortes têm igual permissão para restaurar a desigualdade, ou protegê-la, recusando-se a dar ajuda aos infelizes. O Universo deixaria de existir se houvesse uma semelhança exata entre os seres; é desta disparidade que nasce a ordem que preserva, contém e dirige tudo. A indigência é a reserva a que os ricos e poderosos recorrem em busca dos objetos de sua lascívia ou crueldade."

Falou. E não mereceria comentários. Alguém já disse que, para se afirmar uma sentença, prova-se justamente o contrário. É uma lei matemática, parece. E a matemática (quase) não falha. Ponto final.

UM LIVRO MALDITO?

Lançado em fins de 1971, o livro **É a ciência uma nova religião?**, do ensaísta ítalo-brasileiro Ernesto Bono percorre uma trajetória maldita, na qual predomina o ostracismo premeditado. Embora tenha sido distribuído para todos os críticos de jornais e revistas programados pela Ed. Civilização Brasileira e apesar de quase todos os especialistas terem recebido um exemplar e, ainda mais, apesar do próprio autor ter visitado redações, conversado e feito depoimentos, o livro permaneceu na obscuridade do silêncio condenado. Um manto de indiferença pairou sobre o trabalho.

A verdade é que os temas contidos no livro são altamente e explosivos e polêmicos. Mas, apesar disso (ou por isso mesmo?) um artificial manto de silêncio, na falta de argumentos talvez, tenta calar e neutralizar o livro de Ernesto Bono. Supõe que esta alienação seja devida ao medo e temor (in) consciente de tornar público e discutir livremente "*coisas pretensamente divinas*", que o autor denuncia como aparências, regras forjadas e algumas mentiras. Não houve propriamente, como seria de esperar, uma oposição fundamentada ou crítica válida ao trabalho em si que, como qualquer outro, está sujeito a restrições, comentários desfavoráveis, etc., como também levantando aplausos ou alcançando a aprovação (mesmo minoritária) por parte de alguns leitores. Se a obra apresenta algumas deficiências estas, talvez, seriam o selo de autenticidade.

Mas, em sentido geral, os temas que o livro contém são verdadeiramente revolucionários e ele não mereceria o ostracismo nem o esquecimento forçado dos "*donos da crítica especializada*" que, ou não quiseram ler a obra, ou simplesmente não concordaram com suas linhas gerais. O livro de Bono é contracultura na verdadeira acepção da palavra.

Jamais a cultura livresca e o conhecimento acadêmico superficial foram tão atacados. Daí a reação silenciosa de uma crítica capaz de também relegar ao ostracismo (se fosse possível) autores como Sade, Henry Miller, James Hogg e todos aqueles outros contestadores do domínio religioso-científico, tais como Nostradamus, Sinistrari D'Ameno, Helena Blavatsky e aí por diante.

O Propósito da Contracultura que Bono expõe consiste na necessidade de nos libertar da opressão (e repressão) surgida com o advento do cientificismo e da tecnologia os quais, depois de se terem fixado como verdades únicas e indiscutíveis, passaram, reconhecidamente, à condição de inimigas do homem. Essas verdades científicas superficiais vêm acompanhadas pelos frutos da tecnologia que, geralmente de forma dogmática – como monólitos, ameaçam consolidar-se definitivamente em substituição às fórmulas liberais, de certas filosofias e religiões “*não oficiais*”. Em lugar da liberdade, por exemplo, o cientificismo-tecnicista faz prevalecer a palavra da máquina e os argumentos dos aparelhos de laboratórios especializados...

É por denunciar o sutil dogma científico que o livro de Ernesto Bono pode ser encarado como filosofia. A obra denuncia, alerta, clama, mas não busca impor-se a si mesma como tal. Varre o caminho daqueles excessos de sinais (interpretações científicas da vida), mas não coloca outros em seu lugar. Põe em xeque o estabelecimento a partir do instante em que este encampou a Ciência e a Tecnologia com interesses óbvios de segurança social e nacional. A partir do instante em que a Ciência e a Tecnologia foram institucionalizadas e oficializadas, não apenas como verdades pragmáticas, utilizáveis, mas principalmente como verdades únicas, quando a primeira poderia ser tão somente uma coletânea de pareceres ou simples crenças e a

segunda uma forjadora de frutos mágicos. Em consequência desta "ditadura" (vale a expressão) o Homem Integral é transformado numa paródia: o ciberântropo.

Assim como o socratismo foi uma forma desalienatória e de libertação para os jovens da antiga Grécia – e daí o perigo – que Sócrates representava naquele tempo, o mesmo se poderia dizer dos escritos de Ernesto Bono. As doutrinas de Sócrates abriram o caminho para o Cristianismo. Este, por sua vez, em seus primórdios, antes da interferência dos dogmatizantes formuladores e modificadores da palavra de Cristo, criticava a escravidão, a opressão política e a injustiça social. Com a modificação do pensamento cristão, pois a Igreja tinha de atender a interesses materiais, o cristianismo oficializado passou a colaborar e muitas vezes ela mesma foi veículo da injustiça, escravidão, opressão. Os mais conceituados pensadores concordam num ponto: a formulação crítica, os abusos do intelecto e do raciocínio destruíram o monismo a respeito da vida do Homem por todos os lados. Nietzsche afirmou: *"Deus existe. Está morto!"* O contemporâneo Henri Lefebvre não deixa por menos: *"A teologia cristã quebra a unicidade de Deus. A tarefa (de destruir Deus) foi muito melhor realizada pelas próprias religiões. Instituinto e institucionalizando o Divino, destruíram-No, congelaram-No em ritos e dogmas"*.

Ernesto Bono inicia o trabalho com generalidades sobre monismo e dualismo. Torna a leitura mais amena e acessível apresentando-a sob a forma de diálogo (que de fato ocorreram) e discorre dissecando os supostos mistérios pensados que envolvem o homem. Diz ele: *"É difícil traduzir vivências em palavras, e quando o fizer, a verdade viva passa ao rol das mentiras mortas, caracterizadas pelas próprias palavras. Para um homem livre, cuja percepção não se centraliza num ponto mental, espúrio, estranho,*

chamado "eu" ou "ego" ou mesmo consciência-memória, uma árvore nunca é a mesma: toda vez que ele vê a árvore, naquele mesmo instante ela nasce; e toda vez que ele passa adiante, sem nada reter na memória, ela morre, para renascer na próxima ocasião”.

Assim Ernesto Bono redescobre as origens do dualismo a partir do próprio pensamento humano ou ego-intelecto-mente que cria um Deus pensado, objetivado, fictício. É este mesmo ego que proclama inversamente: *"Deus criou o homem à sua imagem"*. Ernesto Bono sugere monisticamente que Deus está no íntimo de cada um e em todos os seres e lugares simultaneamente. É todo-poderoso porque, além de não se deixar enredar pelas elucubrações da mente humana condicionada, é de qualquer maneira a essência básica e livre dessa mesma Mente. Deus existe, enfim, como o Ser de tudo. Deus manifesta-se como Homem e é a própria manifestação humana. Só neste caso pode-se dizer que o homem é feito à sua semelhança. Não obstante, inversamente, quando prevalecem os conceitos dualistas, cada homem, pensando, cria seu Deus e respectivos poderes. Este Deus que o pensamento cria é uma conseqüência do medo, da ignorância humana e principalmente da necessidade pensada do homem sentir-se seguro.

Xenófanés já havia pressentido, em termos, essa dualidade de criação, conforme se vê do Fragmento nº 15 (texto de Diels): *"Se os bois, os cavalos e os leões tivessem mãos e se com suas mãos pudessem pintar e produzir obra de arte como os homens, os cavalos pintariam forma de deuses semelhantes à dos cavalos, os bois semelhantes à dos bois e fariam seu corpo de acordo com sua espécie própria"*. Fragmento nº 16: *"Os Etíopes fazem seus deuses negros e com o nariz achatado; os Trácios dizem que os seus têm os olhos azuis e os cabelos vermelhos."*

Roland Corbisier comenta o texto acima: *“Não encontramos, nesses fragmentos, o que há de essencial na crítica de alienação religiosa, tal como o fará Feuerbach dois milênios mais tarde?” Que quer dizer Xenófanos senão que não foi Deus sue criou o homem e o fez à sua imagem e semelhança, mas, ao contrário, o homem que criou Deus ou os deuses, e os fez à sua imagem e semelhança?”*

Abandonando os extremos da dualidade, altamente perigosa, já se vê (falsa espiritualidade ou religiosidade arraigada e/ou materialismo niilista), Ernesto Bono propõe o monismo como via intermediária aceitável: "O ponto de vista monista, antes de pretender explicar o “como” e o “porquê” do Mundo e do Universo, tenta salientar o quanto um indivíduo pensante pode, mental e intelectualmente interferir num fato supostamente observado externamente, porque para o dualista, tanto o objeto observado quanto o sujeito observador são uma mesma mente.

O pensador católico Leonardo Boff acrescenta importante subsídio ao trabalho justamente onde outros tentam destruir e coibir, que é o direito do homem discordar e fazer conhecer suas idéias: *“O homem possui uma dignidade absoluta: de poder dizer NÃO a Deus. Ele pode fazer uma história para si, centrada sobre seu ser e seu umbigo. (...) Quem poderá levantar-se contra Deus, contra o Criador de tudo e de todos, o Cosmos infinito? O homem, esse caniço pensante, como diria Pascal. Ele é livre e pode escolher, pode decidir-se por Deus ou para si mesmo.* (Rev. de Cultura Vozes–Set.1971).

Leonardo Boff defende sua ideologia e – é importante se observar – o ponto de vista tradicional da Igreja. Mas dá o direito e reconhece o poder do homem em modificar esse pensamento. Bono utiliza esse direito e de modo

claro, insofismável, ataca indistintamente as mordanças: “... a filosofia acadêmica e a Ciência, de tanto inquirir nunca chegam a uma conclusão definitiva; nem haverão de chegar. Os ‘**como**’ e os ‘**porquês**’ continuarão a proliferar abundantemente se um novo caminho não for encontrado”.

Roland Corbisier confirma: “*Reduzida ao monólogo, a filosofia se negaria a si mesma, sendo como é, antes de mais nada, uma forma ou modalidade do perguntador*”. André Gide, a respeito da dualidade divina, satiriza: “*A meu ver, o Diabo é uma invenção – como o próprio Deus. não acredito nele, mas finjo fazê-lo. Gosto de brincar em suas mãos e fazê-lo dizer: – Por que precisa temer-me? Você sabe muito bem que não existo!*”

Mas Ernesto Bono não pára aí, “Generalidades sobre Monismo e Dualismo” é apenas a mola mestra do tema. Mais adiante, em sua obra, mostra-se mais agudo com os problemas do homem-hoje. A secularização e eternização dos enunciados da ética científica esbarram firmemente nas palavras denunciadoras que, no caso, refletem apenas o pensamento da maioria da inteligência monista, inclusive cristãs.

Resumindo, a situação em que se encontra o trabalho de Ernesto Bono reproduz uma situação adâmica, onde se percebe a mesma conotação e o mesmo final: Adão (o Homem) vive bem com Eloim e suas leis (o Estabelecimento) – ele vive e usufrui do Paraíso e suas facilidades (a Sociedade). Porém, se Adão desrespeita as ordens divinas (contestação) é sumariamente expulso do Paraíso (Sociedade), sendo obrigado a trabalhar para adquirir sustento próprio (nomadismo cultural: torna-se um “maldito”).

Ernesto Bono – *É a ciência uma nova religião? ou Os perigos do dogma científico* – Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro 1971)

UMA SESSÃO NO CÉU

O Ministro morreu. Não é um sonho (ou será?). E foi para o céu. Pensam alguns que o Gordo merecia o inferno. Ledo engano. A inflação no céu esta incontrolável e o nosso Ministro foi convocado para debelá-la em definitivo. Lá chegando encontra um sem numero de personalidades de toda época. A turma se reúne em grupinhos e, lá como cá, pensam resolver a dramática situação do céu com bate-papo.

Num canto Charles de Gaulle conversa com Will Rogers. O general francês, como sempre eufórico, não mede palavras:

– Este não é um país sério! Exclama ao saber que a escolha do Todo-Poderoso para o Ministério das Dividas Celestes recaiu sobre o Ministro.

– Tudo pode ser engraçado – diz Rogers rodando o revólver no dedo indicador – desde que esteja acontecendo com os outros. E dá uma tremenda gargalhada.

Leith-Ross espanta-se com o tom da risada de Will. Ele está justamente com o Gordão num papo bem financeiro. Acheça-se o romancista Hemingway, sempre disposto a trocar dos que curtem o economês como se fosse um bom romance. Ernest chega e vai logo sentenciando:

– O primeiro remédio para uma nação mal administra da e a inflação...

O Ministro treme na base, mas fica firme, não cai (ele que é mestre em não-cair). Otimista como sempre, não deixa por menos:

– No próximo Milênio (lá o tempo se conta assim...) teremos uma inflação abaixo de 10%. E a retomada plena do desenvolvimento. O trabalhador vai ganhar mais, a renda vai ser distribuída com equidade. E por aí afora. Parecia uma fita gravada...

Leith-Ross medita. Analisa o diálogo breve. Enfim, dia quase de si para si:

– A inflação é como o pecado: todo governo a denuncia e a pratica.

Papá Hem já se afastara com um copo na mão. O Ministrão aproveita para repetir tudo o que disse anteriormente e fecha:

– A inflação vai baixar. Tenha fé!

A câmara gira no salão. Todos conversam e o burburinho se eleva e abaixa, de acordo com as emoções. O assunto geralmente é política, mas um ou outro não resiste e desconversa. No céu também traz preocupações o tráfego intenso, a violência dos grandes aglomerados humanos (espíritos, vá lá!). Lord Dewar lastima que essa situação também prolifere no espaço sideral.

– Existem duas categorias de pedestres nestes dias de tráfego intenso: os ligeiros e os mortos.

Stanislaw J. Lec escuta atentamente. Também ele se preocupa com a imortalidade. E justifica levantando a taça num brinde ao memorável Lord:

– O primeiro requisito para a imortalidade é a morte.

Porém, num ambiente como aquele, tais assuntos não passam de trivialidades. O quente mesmo é política. Sentado, ou melhor, esparramado numa poltrona, James F. Clarke tenta definir a nada mais, nada menos, que Sherlock Holmes a diferença entre o político e o estadista:

– O político pensa na eleição seguinte; o estadista, na geração seguinte. Diz orgulhosamente como se tivesse descoberto o Brasil...

– Elementar meu caro James. É o que recebe em troca. E uma densa fumaça do cachimbo do célebre detetive envolve o pretenso filósofo.

– Cóf. Cóf. Cóf. Cóf. E de pronto Clarke desaparece do ambiente.

Molière ocupa ao maior espaço do salão. Uma roda se abre em volta e ele conta histórias em fantásticos monólogos. Os aplausos se fazem ouvir. Ele se curva graciosamente agradecido e o papo recomeça.

Nessas horas e comam aparecer os pseudo-gênios e não houve exceção. De maneira não educada, alguém murmura pelas costas do famoso comediante francês:

– A história é uma coisa que nunca aconteceu, e foi escrita por alguém que não estava

Molière se volta, mas não mais encontra o autor de tão infame frase. Não perde a deixa, porém:

– Isso deve ser maravilhoso. Não faço a menor idéia do que significa. Diz e provoca o riso geral dos presentes.

Juntados assim ao acaso, outros diálogos parecem obras do absurdo, tão comum entre pessoas inteligentes. O Ministrão onde passa repete como um disco arranhado:

– A inflação vai baixar! E d'á' largos sorrisos otimistas. Na verdade a sua presença só anima o pessoal mais desavisado. Os mais velhos e experientes (e ali é o que tem de mais!) permanecem realistas quanto às possibilidades político-econômicas do Reino dos Céus. George Washington lembra uma frase proferida pelo cineasta de sua preferência, Stanley Kubrick:

– As grandes nações sempre têm atuado como assaltantes e as nações pequenas como prostitutas. E faz dela um chavão para avisar os mais eufóricos com a chegada do Ministrão. E junta ao fim mais um alerta:

– É tolice uma nação esperar favores desinteressados de outra.

Sir Arthur Conan Doyle acena a cabeça concordando com as sábias palavras do estadista norte-americano. Conversa timidamente com William James. O assunto escorre para outros temas. James tenta dissuadir Sir Arthur de criticar o Ministrão, mas o Rei do Mistério mantém implacável:

– Não posso fazer exceções. Nunca faço exceções: a exceção refuta a regra!

– Mas Arthur, retruca Bill, quando você tem de escolher e não escolhe, já é uma escolha.

A frase parece sentenciosa, mas a discussão continua e se perde nos murmúrios da sala...

Um homem sobe num banco e autoritariamente inicia um empolgado discurso. Sua tez morena e coberta por um boné rústico. Usa uma roupa caqui, mais parecendo uniforme militar. Um vasto bigode lhe enfeita os lábios grossos. É Joseph Stalin, revolucionário e ditador russo quem assim encerra seu palavreado:

– Os líderes vêm e vão, os governos sobem e descem. Somente o povo resiste, somente o povo é eterno!

Alguns aplaudem, outros duvidam daquela retórica. Há mais descrédito que confiança, apesar do esforço do Ministrão em manejar a situação. Joseph de Maistre é um desses descrentes que fala pelos cotovelos. E não esconde de ninguém sua opinião:

– Cada país tem o governo que merece...

De repente um silêncio domina o ambiente. O Todo-Poderoso que chega para o discurso de boas vindas ao Ministrão, cerimônia de posse, aquela coisa toda. O Todo-Poderoso espera que o Gordo extirpe a inflação do Reino dos Céus, como prometera.

– Senão...

E aponta para um vulcão de enxofre e fogo, destino (lembramos) inicial do Balofo, requisitado que fora para aquela missão. Mas... Esperem! Apesar da barba longa e da túnica impecavelmente branca, notam todos que o Todo-Poderoso está diferente. Não usava aqueles óculos de fundo-de-garrafa, não distribuía comendas a torto e a direito como o faz neste instante,

não era de abraçar a todos nem tampouco de cantar com voz de barítono, muito menos se acompanhando ao piano!

Céus! Para surpresa de todos já se efetivara a sucessão no Reino de Lá Mesmo, imaginem, após milhões e milhões de anos! E quem era o novo Todo-Poderoso senão o turco?

Em halo e espírito, com acompanhamento de piano e tudo: Dr. Saulo Maluco!

O autor

Quem sou eu? Meu nome é Salomão Rovedo (1942), tenho formação cultural em São Luis (MA), resido no . Sou escritor e participei de vários movimentos poéticos nas décadas 60/70/80, tempos do mimeógrafo, das bancas na Cinelândia, das manifestações em teatros, bares, praias e espaços públicos.

Tenho textos publicados em: Abertura Poética (antologia), Walmir Ayala/César de Araújo; Tributo (poesia)-Ed. do A; 12 Poetas Alternativos (antologia), Leila Mícolis/Tanussi Cardoso-Trotte; Chuva Fina (antologia), org. Leila Mícolis/Tanussi Cardoso-Trotte; Folgedos (poesia, gravuras de Marcelo Soares-Ed.dos AA; Erótica (Poesia), gravuras de Marcelo Soares-Ed. dos AA; Livro das Sete Canções (Poesia)-Ed. do Autor.

e-books: Pobres cantares (poesia), Porca elegia (poesia), 7 canções (poesia), Ilha (novela), A apaixonada de Beethoven (contos), Sentimental demais (poesia), Amaricanto (poesia), Arte de criar periquitos (contos), bluesia (poesia), Mel (poesia), Meu caderno de Sylvia Plath (fotos&rascunhos), O sonhador (contos), Sonja Sonrisal (contos), Cervantes, Quixote, e outras e-crônicas de nosso tempo (artigos), Gardênia (romance), Os sonetos de Abgar Renault (antologia), 4 Quartetos para a amada cidade de São Luis (poesia), Amor a São Luis, e ódio (poesia), Stefan Zweig, pensamentos e perfis (antologia), 3xGullar (ficção), Viagem em torno de Dom Quixote (notas de leitura), Suite Picasso (poesia), Quilombo, um auto de sangue (ensaio), Por onde andou o cordel? (ensaio), O cometa e os cantadores (ensaio), etc.

Outros: Folhetos e Antologias de Cordel #1 a #4 (como Sá de João Pessoa); Jornalzinho de poesia Poe/r/ta; Colaboração: Poema Convidado(USA), La Bicicleta(Chile), Poetica(Uruguai), Alén(Espanha), Jaque(Espanha), Ajedrez 2000(Espanha), O Imparcial(MA), Jornal do Dia(MA), Jornal do Povo(MA), A Toca do (Meu) Poeta (PB), Jornal de Debates(RJ), Opinião(RJ), O Galo(RN), Jornal do País(RJ), DO Leitura(SP), Diário de Corumbá(MS) e outras ovelhas desgarradas na Internet. Os e-books estão em vários sites (consulte o Google) e também em <http://www.dominiopublico.gov.br>

End: Rua Basílio de Brito, 28/605-Cachambi-20785-000-Rio de Janeiro (RJ)-Brasil-Tel:+55 21 2201-2604 – email:rovedod10@gmail.com - blog: <http://salomaorovedo.blogspot.com>



Foto: Priscila Rovedo

Trabalho licenciado sob licença Creative Commons Atribuição-Compartilhamento pela mesma licença 2.5 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.5/br/> ou envie uma carta para Creative Commons, 559 Nathan Abbott Way, Stanford, California 94305, USA. Obs: 1) Após a morte do autor os direitos autorais devem retornar para seus herdeiros. 2) É proibido imprimir, copiar, editar em qualquer meio, unidades ou coleções para venda e/ou distribuição.